



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA

Lucas de Oliveira Moura

O Museu de Armas da Polícia Civil do Distrito Federal, uma análise de sua criação e função educativa no âmbito do desarmamento.

Brasília, DF

2020

LUCAS DE OLIVEIRA MOURA

O Museu de Armas da Polícia Civil do Distrito Federal: uma análise de sua criação e função educativa no âmbito do desarmamento.

Monografia apresentada à Faculdade de Ciência da
Informação, da Universidade de Brasília – UnB,
como parte dos requisitos para obtenção do título de
Bacharel em Museologia

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Andréa Fernandes Considera

Brasília, DF

2020

FOLHA DE APROVAÇÃO

O Museu de Armas da Polícia Civil do Distrito Federal, uma análise de sua criação e função educativa no âmbito do desarmamento.

Aluno: Lucas de Oliveira Moura

Monografia submetida ao corpo docente do Curso de Graduação em Museologia, da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília – UnB, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Bacharelado em Museologia.

Banca Examinadora:

Aprovada por:

Andréa Fernandes Considera

- Orientadora Professora da

Universidade de Brasília

(UnB) Doutora em História -

UnB

Ana Lúcia de Abreu Gomes -

Membro Professora da

Universidade de Brasília (UnB)

Doutora em História - UnB

Monique Batista Magaldi -

Membro Professora da
Universidade de Brasília
(UnB) Doutora em Ciência da
Informação - UnB

Clóvis Carvalho Britto – Suplente
Professor da Universidade de Brasília (UnB)

Doutor em Museologia Social - Universidade
Lusófona de Humanidades e
Tecnologias/Portugal

Brasília-DF, 20 de março de 2020.

Em 08/09/2020.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Lucia de Abreu Gomes, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 07/10/2020, às 13:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Andréa Fernandes Considera, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 19/10/2020, às 19:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Monique Batista Magaldi, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 19/10/2020, às 19:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5687549** e o código CRC **64E1328E**.

Aos meus pais. E a todos que prezam por uma cultura de paz.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Andrea Considera por todo o apoio.

À minha família pelo amor incondicional. Em especial aos meus pais pelo incentivo, aos meus irmãos pela empatia, aos meus filhos por darem sentido à minha vida, à minha tia Cláudia pelo apoio e *in memoriam* à minha avó Juracy pelos ensinamentos de paz.

Obrigado.

RESUMO

Este trabalho aborda a função educativa do museu no âmbito da Educação para o Desarmamento, tendo como referencial de pesquisa o Museu de Armas da Polícia Civil do Distrito Federal. Considerando a tipologia do acervo desse museu como referencial simbólico oposto ao da paz, ressaltamos seu potencial informativo, que no ambiente museal, pode reforçar uma cultura de violência ou adquirir cunho pacifista.

Palavras-chave: Museu de Armas. Polícia Civil. Desarmamento. Educação e Paz.

ABSTRACT

This paper addresses the educational function of the museum in the field of Disarmament Education, having as reference of field research the Museu da Polícia Civil do Distrito Federal. Considering the typology of this museum collection as a symbolic reference against peace, we emphasize its informative potential, which in the museum space can reinforce a culture of violence or acquire a pacifist nature.

Keywords: Museum of Arms. Civil Police. Desarmament. Education and Peace.

Lista de Imagens

Figura 1 – Reportagem sobre a coleção de Zatti	26
Figura 2 – Reportagem sobre as experiências de Zatti.....	27
Figura 3 – Reportagem sobre a compra da coleção de Zatti	29
Figura 4 – “Tendências” dos museus pela paz.....	54

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANP - Academia Nacional de Polícia

APC - Academia de Polícia Civil

CACs - Caçadores, Atiradores Esportivos e Colecionadores

CNM - Cadastro Nacional de Museus

Cras - Centros de Referência de Assistência Social

Creas - Centros de Referência Especializados de Assistência Social

DASP - Departamento Administrativo do Serviço Público

DFPC - Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados

DFSP - Departamento Federal de Segurança Pública

DRPB - Departamento Regional de Polícia de Brasília

DSP - Divisão de Segurança Pública

EPB - Escola de Polícia de Brasília

ESPOL - Escola de Polícia

GEB - Guarda Especial de Brasília

GP - Guarda Policial

GRN - Guarda Rural

ICOMAM - Comitê Internacional dos Museus e das Coleções de Armas e de História Militar

Iphan - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MAPC - Museu de Armas da Polícia Civil do Distrito Federal

MNBA - Museu Nacional de Belas Artes

Novacap - Companhia Urbanizadora da Nova Capital

ONU - Organização das Nações Unidas

PDF - Polícia do Distrito Federal

SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SALW - Small Arms Light Weapons

SEDESTMIDH - Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos

SEP - Secretaria de Segurança Pública

Sphan - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Sesi - Serviço Social da Indústria

SFIDT - Serviço de Fiscalização da Importação, Depósito e Tráfego de Produtos Controlados pelo Ministério da Guerra

Sigma - Sistema de Gerenciamento Militar de Armas

Sinarm - Sistema Nacional de Armas

UnB - Universidade de Brasília

Unesco - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UNODC - Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 A POLÍCIA CIVIL, SEU MUSEU DE ARMAS E OS ACERVOS BÉLICOS.	
1.1 A Origem da Polícia Civil no Brasil.....	18
1.2 O Museu de Armas da Polícia Civil e a Coleção do Sr. Zatti	24
1.3 Acervos Bélicos: Museus Militares, Museus de Guerra, Museu de Armas e Oplotecas (Armaria)	31
2 O DESARMAMENTO, A EDUCAÇÃO PARA O DESARMAMENTO E A FUNÇÃO EDUCATIVA DO MUSEU.	
2.1 Um panorama sobre o desarmamento no mundo e no Brasil	37
2.1.1 O desarmamento no Mundo	37
2.1.2 O Desarmamento no Brasil.....	41
2.2 Museu, Educação e paz.....	45
2.2.1 Museu e Educação	45
2.2.2 Paz e Educação para a Paz.....	50
2.3 Museus pela Paz.....	54
2.4 A Educação para o Desarmamento e o Museu de Armas da Polícia Civil.....	55
3 O PÚBLICO, O PROGRAMA EDUCATIVO, A METODOLOGIA E A ANÁLISE DOS DADOS.	
3.1 O público e o programa educativo	67
3.2 A metodologia	69
3.3 A análise dos dados	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	77

INTRODUÇÃO

Este trabalho começou a ser planejado com auxílio da disciplina “Introdução ao Trabalho de Conclusão de Curso”. Sendo assim, essa pesquisa assume o papel de acrescentar elementos às discussões acerca das armas em uma sociedade violenta e belicista, averiguando o processo educativo do Museu de Armas da Polícia Civil do Distrito Federal (MAPC) com o público, com vistas a uma educação para a paz e para o desarmamento. Dessa forma, pretende-se colaborar com o enriquecimento do tema na área de Museologia, enfatizando o campo da Educação para o Desarmamento proposto pela Organização das Nações Unidas (ONU), o trabalho traz ideais de interesse a todos os que pensam sobre a representatividade das armas no Brasil e seu impacto no imaginário da sociedade.

Desde pequeno me interessava por História, e a maneira como ela podia ser contada por meio da contextualização de um objeto. Quando tinha 12 anos, em 2003, tive a oportunidade de visitar o Museu de Armas da Polícia Civil por meio de um passeio da escola em que estudava, o Serviço Social da Indústria (Sesi). Na época, o prédio da Academia de Polícia Civil, localizado em Ceilândia Sul, abrigava o museu que ocupava uma sala relativamente pequena, com mobiliários de madeira expondo a grande coleção de armas que pertenceu a Arlindo Pedro Zatti, um opólogo do Rio Grande do Sul. Lembro-me de ter gostado muito da visita, enquanto o guia explanava a respeito do valor histórico de armas usadas por figuras importantes da história do Brasil, eu admirava as peças de diversos formatos, usos e muitas vezes trabalhadas artisticamente. Até então, minha visão sobre as armas era sempre sob uma ótica negativa, sem ter conhecimento da trajetória deste artefato na história e das possíveis informações contidas neste. A visita ao museu me proporcionou uma expansão de consciência, me possibilitando olhar um objeto por meio de diversas perspectivas.

A partir daí, passei a me interessar mais sobre os museus e sobre as armas. Crescer na periferia me ajudou a ter consciência do quão prejudicial podia ser a presença de uma arma nas mãos de uma pessoa despreparada, e quanto mais os crimes a mão armada aumentavam, mais as vítimas recorriam às armas para defesa. A escolha de comprar uma arma para se defender é influenciada pela falsa sensação de segurança proporcionada por essa, a qual, inserida no inconsciente

coletivo, traz consigo a ideia de status e poder, que se sobrepõe à percepção do aumento da possibilidade de uma fatalidade. Na comunidade que cresci, as histórias de tragédias envolvendo armas de fogo eram recorrentes, o tiro era disparado pelo bandido, pelo policial e pelo cidadão comum, que submetido à imponente do potencial fatal da arma, passava a vê-la como mantenedora de poder e status. Enquanto o indivíduo vitimado pela arma de fogo, ou empático à essas vítimas, pode assimilar a imagem do artefato em questão de forma extremamente negativa.

Na escola sempre me interessei pelas matérias de humanas, como história e artes. Meu contato e admiração por museus cresceu com o passar do tempo, o que me levou ao interesse em cursar Museologia. Durante o curso pude perceber o poder educativo de um museu, que possibilita o aumento de nossa percepção ao atingir diversos de nossos sentidos. Ficou mais clara a importância da educação museal, que agindo em prol da sociedade, permite uma maior conscientização do ser humano que, atuando em diferentes contextos sociais, se torna reflexo do meio.

As armas estão comumente presentes em museus militares, museus históricos ou em museus de coleções particulares, como o Museu de Armas da Polícia Civil que possui uma coleção particular de valor histórico e também uma coleção de peças que foram de uso militar. As armas estão entre os exemplares das mais antigas coleções conhecidas, podendo fornecer conhecimento histórico, científico e simultaneamente prazer estético, como Krzysztof Pomian reflete, um conjunto de objetos se torna uma coleção ao ser retirado do circuito econômico e inserido numa exposição protegida e disposta ao olhar do público, consequentemente perdendo sua utilidade inicial e fornecendo informações a respeito do “gosto” de quem a possui (POMIAN, 1984, p. 53 e 54). Com diferenciações no conceito de coleções antigas e contemporâneas, Krzysztof Pomian aponta a possibilidade da presença de espectadores virtuais, que apreciariam tais coleções a partir de um mundo invisível ao olhar físico, colocando tais objetos numa posição de intermediários entre o profano e o sagrado.

As armas constantemente se encontram presentes em discussões a respeito da legalização de sua comercialização, visto o impacto de seu uso, que representa morte, trauma e violência. Dessa forma, o museu composto por essa tipologia de acervo, enfrenta a missão de exibir esses itens, assimilando a intrínseca representatividade de terror própria das armas, assim como seu potencial didático

para explicar e prevenir a violência. Considerando a memória coletiva da sociedade, sabe-se que uma parcela de pessoas exalta as armas e o heroísmo de seus portadores, desprezando suas consequências trágicas. Esse tipo de glorificação da violência não é incomum, e pontuando que “a relação de representação é sempre relativa a um observador” (POMIAN, 1984, p. 68), podemos supor que um visitante com ideias homicidas por exemplo, pode ir a um museu de armas no intuito de alimentar esses pensamentos, apreciando a calamidade presente na história dos objetos de determinado acervo, ao invés de fruir no sentido de entender os malefícios da violência, e é nesse campo de atuação que o profissional responsável pela instituição deve agir. Por isso, ao lidar com armas em um museu, deve-se ponderar quais os objetivos e as simbologias presentes, além de pensar em como não trivializar ou estetizar a violência, utilizando as estratégias educativas mais adequadas.

O diretor da Polícia Civil na década de 1990, demonstrou interesse na aquisição da Coleção de Armas de Pedro Zatti, assim, a memória institucional seria proveniente de um determinado grupo que, por meio do processo de seleção, estabeleceu o que seria memorável (HALBWACHS, 2004, p 100). Em contrapartida, o pensamento de Krzysztof Pomian aponta que nas sociedades tradicionais “não são os indivíduos que acumulam objectos que lhes agradam; são os lugares sociais que determinam as colecções” (POMIAN, 1984, p. 74). No presente estudo pretende-se analisar potencial educativo da exposição de uma coleção de armas, investigando como o educativo do museu pode contribuir para uma cultura do desarmamento e da paz.

As armas são produtos controlados pelo Estado, estando submetidos à condições para produção, comércio, porte e uso. Atendendo às exigências da Nova Museologia, entende-se a necessidade do museu acompanhar os contextos sociais, políticos, econômicos e culturais da contemporaneidade; além de que, enquanto organização aberta, o museu precisa atuar de forma integrada com a comunidade da qual faz parte, já que somente dessa forma é que conseguirá cumprir o seu papel social (TERRA, 2013, p. 66). Por isso, investigamos uma maneira de inserir a abordagem expositiva numa leitura condizente com as políticas públicas nacionais. A política desarmamentista foi implantada ao longo da história do país, porém, percebe-se a divergência através do tema, que chega a ser polêmico na cultura

armamentista em que vivemos.

Mesmo com a Lei 10.826/2003, de 22 de dezembro de 2003, que é o atual Estatuto do Desarmamento, muito se tem discutido, se esse estatuto condiz com as necessidades do país na situação atual. Situação essa em que o país é um dos que tem mais homicídios no mundo, ocupando o primeiro lugar em números de homicídios intencionais por arma de fogo em 2014, com 64.357 mortes, como apontado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) (BANDEIRA, 2019, p. 83), gerando comparações com outros países com e sem políticas liberais de armas de fogo, fator este que contribui para a possibilidade de múltiplas perspectivas de olhar sobre a representatividade das armas. Visto a realidade de países armamentistas com índices de homicídio bem menores que os do Brasil.

Implementar um processo comunicacional bilateral é essencial para o cumprimento do papel social do museu, assim, torna-se necessário identificar não só o público visitante, mas também os visitantes potenciais, além de considerar o público interno da instituição. A valorização da memória institucional é facilitada ao identificar os autores envolvidos em seu processo histórico, criando um campo discursivo, o que diminui as limitações como a pouca autonomia dos museus institucionais.

Foi com o início da Primeira Guerra que a produção bélica começou a crescer em larga escala, armas de fogo, mísseis, aeronaves, veículos e embarcações militares, entre outros, são os subprodutos da indústria bélica. Após as Guerras surgiram muitos museus de guerra, esses locais abrigam enorme quantidade de armas capazes de contar histórias de caracteres diversos. Fazendo uma analogia entre “guerra” e “violência”, podemos analisar a reflexão de Jay Winter a respeito dos museus de guerra, no contexto do Museu de Armas da Polícia Civil do Distrito Federal –

war museums are important steps on the map of remembrance, which should avoid the fetishisation and glorification of war. This can be achieved by offering a series of alternative ways of approaching the terror of the battlefield and by changing the gender balance of representations of populations at war. For Jay Winter war museums are sites of contestation and interrogation, which should also link their visitors with the numerous sites of memory that the violence of the two world wars and later conflicts

have produced around us (WINTER apud MUCHTSCH, 2013, p. 10).¹

Um museu como o MAPC pode atuar como agente social, capaz de propiciar mudanças e causar um impacto positivo ou negativo na vida das pessoas, principalmente da comunidade a qual a instituição está inserida. Dessa forma, em que medida o educativo de um museu de armas pode contribuir para uma cultura do desarmamento e da paz? De forma geral este trabalho objetiva analisar a criação do MAPC, identificando como as coleções podem se enquadrar num programa de Educação para o Desarmamento. Assim, investigaremos como se dá a discussão acerca das armas em uma sociedade violenta e belicista, inquirimos as políticas públicas de controle de armas. Metodologicamente identificaremos como se dá a relação do público com o museu, averiguando seu processo de comunicação. Os Objetivos Específicos são: apresentar a trajetória de criação do Museu da Polícia Civil e de seu acervo, discutir as questões contemporâneas acerca das políticas públicas sobre armas no Brasil e identificar como se dá a relação entre o público que visita o museu e a discussão das armas na sociedade brasileira.

A multiperspectividade da exposição permanente com a sua ramificação social e cultural, oferece muitas maneiras de interpretar a história do Brasil, com foco tanto no desenvolvimento humano quanto no lado antropológico da violência, dilema que é avaliado nesse campo de força entre história e memória, que reflete subjetivamente a necessidade de respeito aos múltiplos registros de emoções tocadas na representação de armas. Assim, a pesquisa é dividida em três capítulos.

No primeiro capítulo será tratado o processo histórico de constituição da Polícia Civil, os motivos e os procedimentos para criação do Museu de Armas, além de uma exploração sobre o acervo presente. No segundo capítulo serão consideradas as políticas públicas de controle de armas no Brasil, sua cultura belicista e violenta, sendo averiguadas formas de o museu ser harmônico com uma Educação para a Paz, ao exercer seu papel social e educacional. O último capítulo será composto por um estudo de público, realizado com intuito de identificar os

¹ museus de guerra representam importantes etapas na memória, que devia evitar a fetichização e glorificação da guerra. Isso pode ser alcançado oferecendo uma série de caminhos alternativos para abordar o terror do campo de batalha e modificando o gênero das formas de representação das populações em guerra. Para Jay Winter museus de guerra são espaços de contestação e interrogação, que deviam conectar seus visitantes com os numerosos lugares de memória que a violência das duas guerras mundiais e conflitos posteriores produziram ao nosso redor (WINTER apud MUCHTSCH, 2013, p. 10).

visitantes, investigando perfil, expectativas e impressões deixadas pelo museu. Investigação feita com intuito de facilitar a comunicação do museu com seu público, aperfeiçoando sua missão. Foi detalhada a metodologia da pesquisa, dando ênfase aos instrumentos e procedimentos que mostram os caminhos que adotamos para responder o objetivo central deste trabalho. Os dados coletados, os resultados e as análises também estão apresentados nessa parte.

1 A POLÍCIA CIVIL, SEU MUSEU DE ARMAS E OS ACERVOS BÉLICOS

A Polícia Civil do Distrito Federal foi responsável por acolher a coleção de Zatti, revelando sua identificação com a tipologia do acervo. A criação do Museu de Armas da Polícia Civil do Distrito Federal (MAPC) é antecedida por um processo particular de reunião das peças, que vieram a se tornar fonte de informação para a comunidade do Distrito Federal e de todo o Brasil. Contextualizando a simbologia do acervo do MAPC, os acervos bélicos podem ser vistos por diferentes perspectivas possibilitando uma educação a respeito da paz e do desarmamento.

1.1 A Origem da Polícia Civil no Brasil

Desde o “descobrimento” do Brasil, Portugal demonstrava preocupação com a proteção de sua Colônia. Em meio aos anos 1530, fidalgos leais ao rei de Portugal, receberam da coroa portuguesa, extensos lotes de terra, além de títulos de capitão e governador. Estes donatários obtinham o dever de fazer a proteção do território, além do direito de exercer o poder judiciário, para tal, cobravam impostos, escravizavam e condenavam índios e negros (PCDF, 1998, p. 16). Duas décadas depois, a autoridade era o capitão-mor, que compondo o escalão territorial das forças militares de Portugal, fazia intermédio para a Companhia de Ordenanças, com atribuições policiais, auxiliava o Governador-Geral na segurança e defesa, contra invasões e conflitos na Colônia.

Segundo Flávio Ege (2017, p. 27), a Polícia Civil no Brasil tem origens em 1808, quando - fugindo de Napoleão Bonaparte - D. João VI abandonou o trono em Portugal, se estabelecendo Príncipe Regente do Brasil. Preocupado com a segurança da Corte, o príncipe demonstrou interesse em prevenir a ação de contrabandistas e invasores estrangeiros, além de impedir uma possível disseminação das ideias liberais francesas. Sua preocupação era também com as tensões sociais, propiciadas durante os mais de três séculos de escravidão e a crescente população de negros. Criou então o cargo de Intendente Geral da Polícia da Corte e Estado do Brasil, com caráter mais regulamentador do que policial, visando organizar e disciplinar os costumes da população pobre e escrava; enquanto a função operacional ainda era atribuída aos quadrilheiros e capitães do

mato que controlavam a ordem pública por meio de repressão armada. A Intendência Geral foi criada em 10 de maio de 1808, comandada por Paulo Fernandes Viana, um dos mais influentes auxiliares do príncipe regente, idealizou a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia do Rio de Janeiro, vindo a ser o primeiro Chefe de Polícia Civil. Conhecido como escravocrata convicto, Viana utilizava métodos hediondos em suas atribuições, praticando um projeto higienista de segurança pública.

No ano seguinte, para auxiliar a Intendência, é criada a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia, porém, segundo o autor, os capitães do mato ainda exerciam suas funções, devido às complexidades da sociedade escravista na época. Com problemas de indisciplina, a Guarda Real foi extinta em 1831. No mesmo ano foi criada a Guarda Nacional pelo Decreto de 14 de julho de 1831, caracterizada por seu aparato de repressão descentralizado através das Guardas Municipais Permanentes (EGE, 2017, p.51). Os oficiais dessas Guardas Municipais eram escolhidos pela elite da região, constituindo um braço armado da aristocracia.

Cargos como, Chefe de Polícia, Delegados e Subdelegados, são instituídos na Corte e nas Províncias. Estes eram nomeados pelo Imperador, Dom Pedro II - ou pelos Presidentes da Província, através da reforma do Código de Processo Criminal em 1841. Um ano após, foram definidas as funções da Polícia Administrativa e Judiciária, que chefiadas pelo Ministro da Justiça, extinguiu a Intendência Geral de Polícia por meio do regulamento 120.

Já em 1866, com o Decreto nº 3.598, de 27/01/1866, a Força Policial da Corte, sob ordens do Chefe de Polícia, foi subdividida em militar e civil, a primeira responsável por diligências policiais, e a segunda incumbida de vigilância continuada da cidade. Cinco anos depois, com o Decreto nº 4.824, de 22/11/1871, Chefes de Polícia, Delegados e Sub-delegados adquiriram autonomia para procederem inquérito policial em esclarecimento de crimes (PCDF, 1998, p. 17).

Os serviços de polícia, desde a Proclamação da República, passaram a ser organizados por leis estaduais. Três anos depois, na presidência de Rodrigues Alves, o serviço policial foi denominado Polícia Civil do Distrito Federal (quando a capital ainda era no Rio de Janeiro). A Polícia Civil passou por mais uma mudança em 1944, no Governo Vargas, quando foi transformada em Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP). A estrutura do DFSP foi composta por diversas divisões administrativas, entre elas, Seção de Fiscalização de Explosivos, Armas e

Munições, Escola de Polícia e Museu.

Com a mudança da Capital Federal para Brasília, foram transferidos também, os serviços relativos à Polícia Civil, prestados pelo DFSP, obedecendo a Lei nº 3.751, de 13/04/60. Porém, durante o início da construção Brasília, o DFSP ainda permanecia no Rio de Janeiro, ficando a cargo da Novacap a seleção dos vigias de seu patrimônio. Era necessária vigilância sobre o material de valor dos acampamentos de construção, então, Israel Pinheiro, Presidente da Novacap, sem poder contar com auxílio policial de outros estados, propôs ao conselho administrativo da Novacap a criação de uma força policial específica para Brasília.

Assim, foi criada em um galpão da Novacap, a Divisão de Segurança Pública (DSP), no dia 28 de fevereiro de 1957. E logo em seguida, formada as pressas, a Guarda Policial (GP), que foi precariamente treinada por um coronel da Reserva da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Despreparados para exercer a função policial, os integrantes da GP não portavam arma de fogo, apenas um cassetete de madeira. As exigências para compor a GP eram “coragem e espírito aventureiro”, sendo preferíveis homens altos que já tivessem servido às Forças Armadas. (PCDF, 1998, p. 21) De início a ação da GP se limitava à zona urbana, e nem possuía poder judicial, portanto os presos eram encaminhados à Delegacia de Luziânia ou à Subdelegacia de Planaltina. Com aumento da criminalidade na zona rural, foi organizada uma Guarda Rural (GRN), porém, apesar de ostentar postura militar, a GP e a GRN não tinham suporte jurídico, portanto constituíam o segmento do tipo “paramilitar”.

Os guardas passaram a portar armas em abril de 1958. Eram 45 revólveres, distribuídos no mesmo ano em que ocorreu o primeiro homicídio de Brasília. A capacitação dos guardas foi feita pelo Comandante Washington, ministrando matérias do Código Florestal e de ordem unida, que constituía o programa de instrução policial. A área de construção da nova capital ainda estava sob jurisdição do Governo do Estado de Goiás, com a necessidade de se legalizar a polícia de Brasília, foram solicitadas providências a José Ludovico de Almeida, então Governador de Goiás, que promulgou em caráter provisório a lei nº 2.364, de 09/12/1958, instituindo o Departamento Regional de Polícia de Brasília (DRPB), e a ele subordinada, a guarda civil, denominada Guarda Especial de Brasília (GEB). (PCDF, 1998, p. 25) A GEB absorveu os componentes da GP e GRN, constituindo um organismo policial investigatório e processante, porém, não oficial, visto que a

capital em construção ainda não existia legalmente.

No ano seguinte houve um suposto massacre atribuído à GEB, com versões divergentes até hoje. Testemunhas relatam que tudo aconteceu após trabalhadores da Construtora Pacheco Fernandes Dantas (que ficava na área da atual Vila Planalto) reclamarem de uma comida estragada servida no bandeirão, a partir daí houve uma confusão generalizada, onde a GEB tentou sem sucesso interferir. Conta-se que os policiais, inconformados pela indisciplina dos trabalhadores, voltaram no mesmo dia, à noite com mais armas, e descarregaram suas munições sobre os funcionários da construtora. Oficialmente essa versão não é confirmada, mas sobreviventes do ataque contam ter visto caminhões cheios de cadáveres saindo do local em direção à área onde seria construída a Torre de TV (MACHADO, 2019).

Esse ocorrido evidencia o pensamento de Flávio Ege, em que as ações ostensivas de segurança em nosso país “seguem a lógica militar de organização, em instituições muito parecidas com exércitos regionais, privilegiando a formação de combatentes, com prejuízo ao contato comunitário com a sociedade” (EGE, 2017, p. 12), transparecendo também resquícios das raízes oligárquicas da polícia no Brasil.

A primeira sede do DFSP, em Brasília, foi situada precariamente em um galpão de madeira da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), onde permaneceu por seis meses, até ser transferida para o 5º andar do Bloco 10 da Esplanada dos Ministérios, onde funcionava sob a condição de colaboração de pessoal de outros departamentos, já que o DFSP ainda não possuía servidores o suficiente até então. Com a ampliação da capacidade atuacional da DFSP, e ansiando por prosperidade e estruturas avançadas como as de aparelhos policiais de países de primeiro mundo, foi aprovada a Lei nº 4.483, de 16 de novembro de 1964, que reorganizou o Departamento Federal de Segurança Pública e expandiu a autonomia da instituição.

Agora o DFSP teria atuação nos Estados, e a Polícia do Distrito Federal (PDF) foi finalmente criada para o policiamento local. Com as mudanças ocasionadas pela Lei nº 4.483, o DFSP passou a se estruturar da seguinte forma – Gabinete do Diretor Geral (Conselho Superior de Polícia), Divisão de Operações, Polícia Federal de Investigações, Polícia Federal de Segurança, Instituto Nacional de Identificação, Instituto Nacional de Criminalística, Academia Nacional de Polícia e Divisão de Administração. Ajudando no policiamento e segurança de Brasília, a PDF

era integrada ao DFSP, até que foi criada a Secretaria de Segurança Pública (SEP), a partir daí a Polícia do Distrito Federal foi estruturada da seguinte forma – Gabinete; Conselho Superior da Polícia do Distrito Federal; Central de Operações; Divisão de Polícia Judiciária, Divisão de Polícia Técnica; Divisão de Operações; Divisão de Serviços Gerais; Polícia Militar e Corpo de Bombeiros. A Divisão de Polícia Judiciária representava a Polícia Civil, que junto à Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros faziam o policiamento de Brasília.

A necessidade de criação de uma Academia de Polícia surgiu durante as reuniões de intendentes de polícia da GEB, estes perceberam que a eficiência das atividades policiais e a melhoria da instituição dependia de uma Escola de Polícia. Esta Academia, viria a ser criada em 31 de dezembro de 1960, e inaugurada quase um ano depois, em 20 de novembro de 1961, pelo Chefe de Polícia, General Osmar Soares Dutra. A Academia de Polícia do DFSP, nomeada Academia Nacional de Polícia – ANP, obedecia às normas do Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP, enquadrando o pessoal do DFSP em sua reorganização estrutural, por meio de cursos específicos.

Fica criada nesta data (31/12/60) a Academia de Polícia do DFSP, destinada a ministrar instrução de formação aos atuais policiais do DFSP, aos que vierem por qualquer motivo, a ingressar neste Departamento, bem como a aperfeiçoar, atualizar ou especializar funcionários deste ou de outros Departamentos Policiais, nos mais variados aspectos da ciência policial; para isso, a Academia disporá dos Cursos que fizerem necessário, com a duração variável de algumas horas e vários meses, conforme a finalidade e o grau de urgência a atingir. Poderá também, na proporção que elevados meios técnicos de pesquisa criminal lhes forem proporcionados, formar Peritos Criminais para o trabalho especializado nos Laboratórios policiais. A Academia de Polícia do DFSP terá ainda, o alto objetivo de manter intercâmbio com as suas congêneres estaduais e mesmo do estrangeiro, para discussão de novos métodos, uma vez que os policiais de todo o mundo estão unidos pelos mesmos laços de interesses e problemas comuns. Dentro deste desideratum, a Academia de Polícia de DFSP organizará ou comparecerá a Congressos e Seminários, nacionais e estrangeiros, visando à padronização de ensino policial, à aquisição de novas técnicas e sobretudo, o estabelecimento de uma unidade de doutrina no combate ao crime. Devera possuir: Diretoria, Secretaria, Administração e Setor de Ensino que serão definidos em regulamentação imediata. GEN. OSMAR SOARES DUTRA – Chefe de Polícia (PCDF, 1998, p. 113).

O que viria a se tornar a Academia de Polícia Civil, foi iniciado com a criação do Setor Escolar na Divisão de Polícia Técnica da PDF, em 1965, que era responsável pelo treinamento e instrução de integrantes da PDF, além de cursos, estágios e concursos da ANP (PCDF, 1998, p. 114). Três anos depois foi criada a

Escola de Polícia do Distrito Federal, com os primeiros cursos ministrados em salas de aula da Universidade de Brasília (UnB), também funcionou temporariamente em uma sala do Bloco 10, na Esplanada dos Ministérios, por não dispor de instalações próprias inicialmente.

A Escola de Polícia foi renomeada em 1972, passando a se chamar Escola de Polícia de Brasília (EPB), e três anos depois, instalada no 7º andar do Bloco “O”, Setor de Autarquias Sul, foi novamente renomeada para ESPOL (Escola de Polícia). Em 1980 foi transferida para Taguatinga Centro, onde dispunham de maior amplitude de espaço interno e localização próxima à região de moradia da maioria dos policiais. Lá, contavam com Serviço de Adestramento Técnico, Serviço de Didática e Auto-Escola, porém, com o crescimento da cidade ao redor, o local se tornou inadequado, devido ao intenso tráfego e barulho da região. O Secretário de Segurança, Cel. Lauro Rieth, propôs então uma permuta entre prédios, com interesse no local onde funcionava o Fórum de Taguatinga, em área mais isolada e silenciosa. A transferência da ESPOL para o novo prédio, na divisa entre Taguatinga e Ceilândia, se iniciou em 30/11/82, ocasião em que o Diretor David Salles fez a seguinte observação:

O Tribunal nos entregou o prédio em condições precaríssimas, retirou todas as divisórias, e o interior era só um buracão. Havia vazamentos e infiltrações por todos os lados, as condições hidráulicas, elétricas, de escoamento fluvial e de esgoto eram péssimas. A segunda etapa da construção estava inacabada, causando inundações periódicas. A área externa era coberta de cascalhos, britas, etc. Era todo um cenário desolador. Relutantemente lançamo-nos à reconstrução (PCDF, 1998, p. 116).

Subordinada diretamente à Secretaria de Segurança Pública, em 2 de maio de 1984, a ESPOL passou a denominar-se Academia de Polícia Civil (APC), se estruturando da seguinte forma: Diretoria; Acessoria; Divisão Técnica de Ensino (Seção de Pesquisa e Doutrina, Seção de Planejamento, Seção de Acompanhamento e Controle e Seção de Avaliação) e Divisão de Apoio ao Ensino (Seção de Reprografia, Seção de Recursos Audiovisuais, Biblioteca, Serviço de Adestramento Técnico, Serviço de Apoio Administrativo e **Museu**) (PCDF, 1998, p. 117).

A APC foi renomeada e transferida para a cidade Riacho Fundo II em 2011, hoje Escola Superior de Polícia Civil, é responsável pela direção, coordenação e controle da execução das competências de seus departamentos, além de oferecer

cursos a órgãos externos, colaborando na capacitação profissional necessária às atividades de proteção e segurança. Passando por diversas transformações desde então, hoje com dever de preservação da ordem pública, segurança das pessoas e do patrimônio, pode ser importante pilar na defesa dos direitos humanos. Como instituição, a Polícia Civil participou ativamente de diversos processos políticos e sociais no país, se estabelecendo na memória coletiva nacional como parte integrante da história brasileira.

Atuando como auxiliar da Justiça Criminal, policiais possuem permissão para portar armas de fogo, utilizando-as quando necessário para exercer seu serviço de proteção ao cidadão, assim como assegurar a própria vida. Para tanto, estes profissionais passam por treinamentos de tiro e aprendem técnicas de segurança para uso do artefato, visto seu potencial de perigo. Considerando a natureza da instituição, o Dr. Valdemar Gomes Ribeiro, então diretor da Polícia Civil do Distrito Federal em 1991, mostrou interesse em adquirir a coleção de armas de Arlindo Pedro Zatti, a coleção, que deu início ao Museu de Armas da Polícia Civil, subordinado à Divisão de Apoio ao Ensino.

1.2 O Museu de Armas da Polícia Civil e a Coleção do Sr. Zatti

O Museu de Armas da Polícia Civil é representado por uma oplooteca adquirida pelo Governo do DF em 1970, considerada um valioso acervo particular de armas antigas. Foi no início do século XX, que o Sr. Arlindo Pedro Zatti, ainda criança, aprendeu a observar e conhecer as armas, começando a coleção aos quinze anos, quando ganhou do pai, seu primeiro revolver, um “Smith and Wesson”, calibre trinta e oito, que viria a compor uma das 1.865 armas de valor histórico, expostas ao público hoje no MAPC (ZATTI, 1974, p. 305).

Em seu livro, Zatti escreve sobre o início de sua coleção e a respeito da representatividade das armas naquela época. No Rio Grande do Sul, região onde a cultura da caça é mais disseminada, houve um tempo em que as armas integravam não só a personalidade como a própria indumentaria do homem. Zatti, filho de imigrante italiano, cresceu deduzindo o status dos homens por meio das armas portadas, quando via um “gaúcho” logo reparava no tipo e marca da arma que trazia consigo, inferindo a partir daí, costumes e características da pessoa. Avaliava o

homem examinando se o revólver era longo e brilhante ou curto e oxidado, se ostentava um facão pendente ou uma adaga atravessada sob o cinto, supondo personalidade de seus donos, e apreciando os minuciosos detalhes e emblemas.

Se o cinturão fosse ondeado de balas, supunha ver um valentão que preferia um combate a uma peleia, Quatro ou cinco balas, apenas de reserva, contornando o coldre, imaginava tratar-se de um homem prudente e adstrito à defesa. Os raros que apareciam com um cinturão suplementar a tiracolo atravessado sobre o peito, cheio de balas, eu não tinha a menor dúvida de que estava rente a um bandido. Examinando o homem ia ver o cavalo, não para avaliar os perros, apenas para verificar se trazia uma Winchester ou um mosquetão (ZATTI, 1974, p. 304).

A medida em que Zatti se tornava um rapaz, não pôde seguir carreira no ramo das armas, devido às dificuldades financeiras da época e a uma deficiência congênita auditiva, que o atrapalhava mas não o impedia de atirar. Como atendente se dedicou então a auxiliar o pai, Giacomo Zatti, em sua loja já mantida a muito tempo em Caxias do Sul, onde vendia-se diversos tipos de produtos, de tecidos a alimentos e onde Pedro Zatti se familiarizou no comércio de revólveres, espingardas e munições; artigos tão vendáveis quanto qualquer outro produto. Comprando, vendendo e trocando armas, Pedro especializou-se no assunto (ZATTI, 1974, p. 306).

O comércio de armas exige bastante perspicácia de seus negociantes, que examinam o item de ponta a ponta, observam os mínimos detalhes e dão principal atenção à sua precisão e alcance. Mesmo com problemas auditivos, Pedro mantinha-se preparado para o teste de armamentos, tendo a sua disposição, nos fundos da loja, pedaços de tabua e papelão, para as demonstrações de tiro. Foi assim que aprendeu a atirar desde cedo, fazendo alvos e analisando a dispersão ou concentração dos chumbos, para argumentar na negociação de seus produtos.

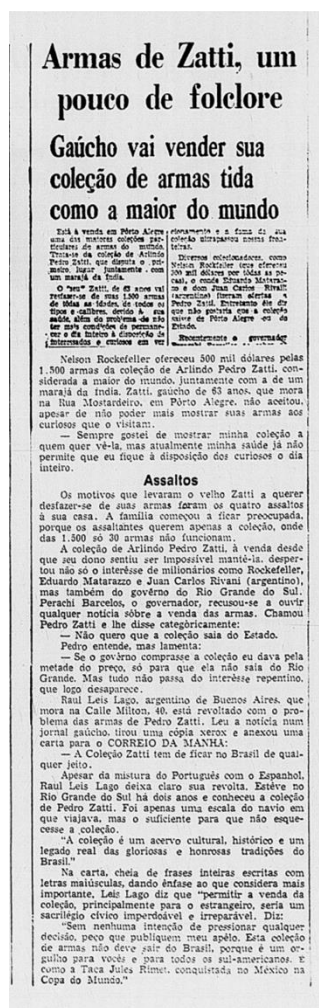
Ao fazer negócios lucrativos, Pedro logo convenceu seu pai a receber as armas, que eram uma espécie de moeda na época, como pagamento nos diversos negócios da família. Ao aceitar armas usadas como parte do pagamento de seus produtos, a notícia se espalhou, e logo, os Zattis, se especializaram e passaram a atender diversos tipos de negociantes. Muitas vezes a compra de uma arma nova, era feita mediante a entrega de uma antiga, que era avaliada pelo seu valor de revenda, foi em uma dessas negociações de sucesso que Pedro ganhou a primeira arma de sua coleção, quando seu pai lhe teria dito “Arlindo, já tens idade e juízo para teres uma arma. Esse revólver é teu e espero que nunca precisés usá-lo”

(ZATTI, 1974, p. 305).

Segundo narra em seu livro, Zatti não resistia em adquirir as relíquias do passado, mesmo as sem valor comercial, fascinado pelas que traziam consigo a história “das legendárias campanhas da Cisplatina, dos Farrapos, de Oribe e Rosa, da Guerra do Paraguai e da Revolução de 1893”. Foram essas armas que passaram a ser guardadas em seu quarto, possibilitando-lhe conhecimento sobre seu passado e sua classificação, aprendeu a admirar e desejar as de todos os tipos, tempos e calibres. Sobre possuir peças de coleção Krzysztof Pomian afirma que “o facto de as possuir confere prestígio, enquanto testemunha o gosto de quem as adquiriu, ou as suas profundas curiosidades intelectuais...” (POMIAN, 1984, p:54). Mais velho, estabilizado economicamente, e com seu próprio negócio, Zatti pôs ordem em suas armas, e continuou trocando armas novas por antigas e comprando antiguidades pelo valor de metralhadoras modernas. Após alguns anos investindo em seu hobby, constituiu uma oploteca, através de uma coleção de armas de tiro, que conta através de seu progresso evolutivo, a história desses objetos.

As fortuitas experiências vividas na obtenção desses itens, tornaram o Sr. Zatti conhecido pela posse de uma valiosa e reconhecida coleção de armas, como pode-se verificar nas publicações de jornais da época.

Figura 1 – Reportagem sobre a coleção de Zatti



Fonte: CORREIO DA MANHA – Rio de Janeiro, sábado, 26 de setembro de 1970.

A natureza da coleção chamava a atenção da imprensa, que ao veicular notícias a respeito do excêntrico interesse de seu proprietário, provocava inúmeras propostas de compra e venda dos artefatos. Com disposição a viajar, explorar, reunir e estudar suas peças, fez memoráveis negociações em prol da aquisição das armas e munições mais antigas, se dedicando a estabelecer sua oploteca entre as mais completas em poder particular.

O registro de colecionador, condicionou a Zatti, vivenciar experiências singulares, e sofrer as angústias de manter um acervo dessa categoria.

Figura 2 – Reportagem sobre as experiências de Zatti



Fonte: CORREIO DA MANHÃ – Rio de Janeiro, sábado, 30 de setembro de 1970.

Desde o inerente perigo de manusear armas e munições, ao incomodo necessário de descarte de raras peças - seja por defeito ou por incidência de falsificação - até o intento de assaltos, ou ser confundido com um contrabandista.

Dentre os ocorridos, quase foi autuado, e teve uma arma – comprada com intermediação de outrem - apreendida pela polícia. Foi intimado à Delegacia, junto ao interveniente da compra, e explanou ser um colecionador de armas. Passou por duas tentativas fracassadas de assalto em auto estrada, sendo surpreendido em seu

carro por assaltantes também motorizados. Outras duas vezes, lidou com tentativas de assalto em sua residência, se sobrepondo em defesa com as armas que portava. Pior ainda, foi a aflição vivenciada no transcurso da Revolução de Março de 1964, quando foi intimado pelas autoridades governamentais do Estado à entregar seu arsenal; negou; com receio de represália, mas a ameaça de apreensão das armas não foi concretizada. Mesmo diante dos furtos e infortúnios, ameaças e admirações, para Zatti “nada se sobrepunha à alegria dos fazeres do opólogo” (ZATTI, 1974, p.334).

Incorporava o prazeroso dever de transmitir seu conhecimento a respeito das armas, recebendo em sua casa curiosos e interessados no assunto, apresentava suas teorias e suposições a respeito da origem das armas. Sem explicações complexas, proporcionava aos visitantes de sua exposição, uma viagem ao longo da história da evolução das armas de tiro. Com estratégias para aprimorar a experiência do visitante, dispunha de uma panópia, como auxílio didático, contendo 10 armas de estágios fundamentais distintos, para ilustrar o processo evolutivo das armas (ZATTI, 1974, p. 362).

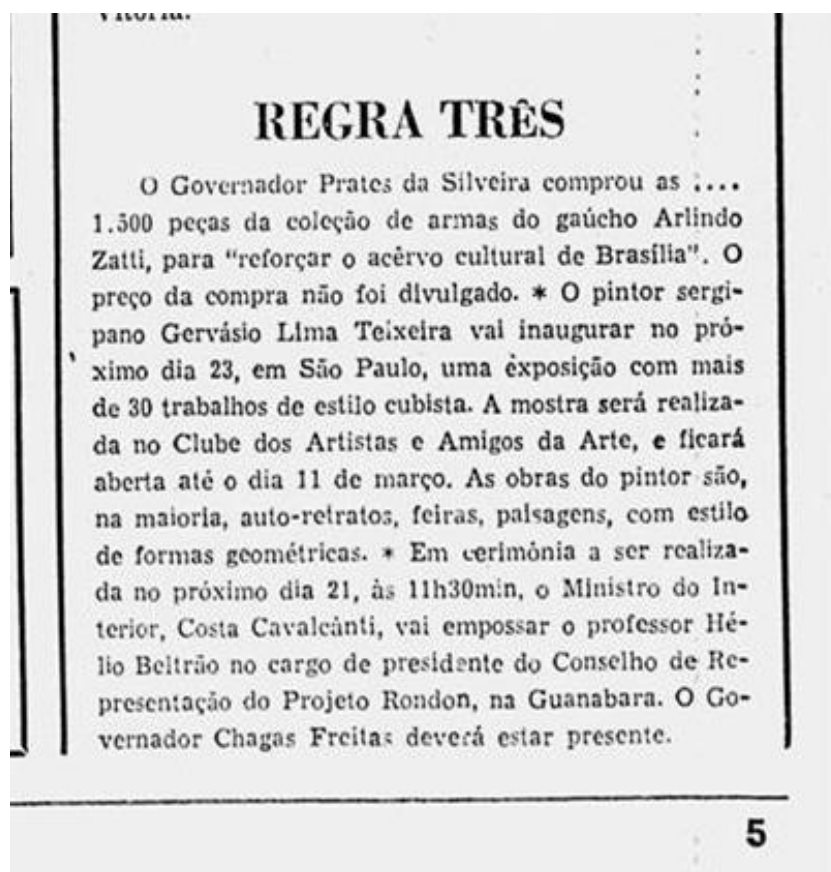
Ao reunir uma coleção de armas de todos os tipos e calibres, distribuídas nas paredes e corredores de sua residência, passou a atrair inúmeros visitantes. Já chamava atenção, de estudiosos, da imprensa e autoridades, quando passou a figurar no Guia Turístico de Porto Alegre. Ele mesmo sempre acompanhava as visitas quando estava em casa, de modo contrário, a esposa ou outro familiar estava preparado para fazer a mediação.

Ciente da dedicação que seu arsenal demanda, Zatti acompanhou seus visitantes até que suas condições de saúde e a enfermidade dos ouvidos não o permitissem mais. Como seus familiares não tinham a vocação necessária para a conservação dessa coleção, teve de tomar a difícil decisão de escolher o destino de suas armas, sendo a primeira condição, de que permanecesse no Brasil. Resistindo às propostas de compra; muitas do exterior; elegeu Brasília como nova moradia para a coleção, entendendo que a coleção deveria permanecer em Brasília, como patrimônio nacional.

Com a representatividade da nova capital, “símbolo da integração do vasto território pátrio que a coragem e as armas consolidaram” (ZATTI, 1974, p. 370), atendeu ao interesse do então Governador Hélio Prates, em manter a oploteca sob cuidados do Estado. Fato que nos remete à reflexão de Krzysztof Pomian, onde

haveria uma “pressão exercida sobre o Estado para que torne possível o acesso a esses bens àqueles que não podem comprá-los nem o prazer estético, nem os conhecimentos históricos e científicos, nem o prestígio” (POMIAN, 1984, p.54). Na pretensão de que essas armas continuassem a “ilustrar o passado e prevenir o futuro”, Zatti despediu-se de suas armas no fim da década de 1970.

Figura 3 – Reportagem sobre a compra da coleção de Zatti



Fonte: CORREIO DA MANHÃ – Rio de Janeiro, sábado, 19 de fevereiro de 1972.

Em Brasília a exposição foi primeiramente montada no Palácio do Buriti, onde a ementa do decreto nº 7784, de 25 de novembro de 1983, denominou a coleção como “EXPOSIÇÃO ARLINDO PEDRO ZATTI”. Em seguida foi transferida para a Academia de Bombeiro Militar do DF, posteriormente ao Instituto Histórico e Geográfico do DF, onde esteve inacessível por algum tempo. Foi quando, a PCDF, por meio dos delegados Valdemar Gomes Ribeiro, David Bernardes dos Santos e outros funcionários, demonstrou interesse em assumir a guarda do acervo, transferido à APC em junho de 1991.

Mesmo frente às adversidades enfrentadas pela Academia de Polícia Civil – instalada em um prédio de condições estruturais ruins, onde antes funcionava o Fórum de Taguatinga - seus funcionários se empenharam em manter a exposição, inicialmente alojada no subsolo. Os Policiais Civis se empenharam em transferir a coleção para um espaço mais adequado, com apoio das associações AGEPOL E ADEPOL, e da Empresa Taurus do Brasil, levantaram os recursos necessários para tal (PCDF, 1998, p. 122). Então o Museu de Armas da Polícia Civil foi reinaugurado em 18 de dezembro de 1994, constituído pela Coleção de Pedro Zatti e por uma coleção doada pelo Tribunal de Justiça, com sala apropriada na APC, permaneceu lá até que a academia fosse renomeada e transferida para a cidade Riacho Fundo II em 2011. A APC, hoje Escola Superior de Polícia Civil, abriga em suas dependências seu Museu de Armas, que recebe o público por meio de agendamento de visitas guiadas, atendendo principalmente o público escolar e agentes em formação, além da visita espontânea.

Composto por cerca de 2.000 armas de fogo, a coleção foi escolhida pela APC para fazer parte da instituição, nos remetendo à reflexão de Halbwachs (2004), em que a memória coletiva seria proveniente de um determinado grupo que, por meio do processo de seleção, estabeleceu o que seria memorável. Os motivos da criação de um museu influenciam em sua missão, que no caso de um museu institucional, estará atrelada à sua política de memória, porém, sua função educativa não deve ser esquecida. Um museu de armas inquirir a responsabilidade de preservar a memória social de seu país, tornando o ato de colecionar armas em sinônimo de cultura, que ajuda a propagar as políticas públicas nacionais. O Museu de Armas possui um rico acervo, porém, sua representatividade, caso mal comunicada, pode ser facilmente distorcida para o lado da ignorância e violência. Para que a leitura de um acervo bélico não seja enviesada pela ótica de uma sociedade consumista e belicista, sua história e suas características devem ser levadas a sério.

1.3 Acervos Belicos: Museus Militares, Museus de Guerra, Museu de Armas e Oplotecas (Armarias).

“A armaria representa papel preponderante na história de todos os povos. A Ciência das Armas permite identifica-las de maneira a torná-las verdadeiros documentos concretos duma época, dum acontecimento, dum episódio ou

duma personalidade” (BARROSO, apud ARMAS QUE NÃO VÃO À GUERRA, 1988).

Artefatos tidos como armas, são encontrados desde os primeiros objetos produzidos pelo homem, isso inclui machados de pedra e lanças, peças destinadas à caça, à pesca ou para se usar contra um oponente. Nas primeiras batalhas era predominante o uso de armas brancas, estas eram concebidas como extensão do corpo, otimizando as capacidades físicas do guerreiro. As espadas e suas variantes exigiam contato direto com o oponente, a vitória ou derrota no confronto dependeria apenas da destreza e coragem do guerreiro, que gozaria de prestígio social com as vantagens conquistadas em combate (CARVALHO, 1992, P. 11).

A origem da espada remete à pré-história, ao longo de sua trajetória foi feita de diversos materiais e formas, aparecendo entre todos os povos. A princípio, seu uso foi basicamente militar, sendo o mais importante instrumento de ataque e defesa do homem até surgirem as armas de fogo. Com o advento da arma de fogo, foi modificada a relação entre o corpo e a arma, que agora contendo engrenagem autônoma, passou a exigir procedimentos e mecanismos independentes de seu manuseador. A arma deixou de ser uma extensão do corpo para substituí-lo em termos de rapidez e eficiência. Excedendo seu aspecto utilitário, esses objetos construídos para exercício da força sobre o outro, adquiriram símbolo de poder ou status, visto a imponente ameaça de uso, além de serem restritos a determinadas classes sociais privilegiadas. O monopólio entre a aristocracia e o porte legal de armas é característico na sociedade armamentista, que propiciou o surgimento de diversas “artes marciais” nas classes mais populares, em decorrência da proibição de alguns usarem armas, tendo estes, que aprender formas de luta desarmada. (CASTRO, 2016, p. 2).

Os armazéns de armas ou armarias do Renascimento, estavam presentes nas residências senhoriais fortificadas ou nos castelos, armazéns onde se guardavam e conservavam as armas necessárias para os senhores equiparem os seus homens. Em meio ao século XVI, os armazéns de armas começam a perder sua função militar, tornando-se espaços para exposição do armamento, com o objetivo de ostentar poder e riqueza. Com a posse de armas passando a assumir papéis simbólicos, o fetichismo dessas mercadorias proporcionou a incorporação de valiosos adornos decorativos sem funcionalidade direta para esses objetos

ostentatórios. A respeito desses “tesouros principescos”, Krzysztof Pomian os distingue das coleções contemporâneas, pontuando seu uso cerimonial, religioso ou profano, onde estariam expostos ao olhar apenas em circunstâncias específicas, quando as armas e armaduras eram exibidas por exemplo em “entradas solenes nas cidades do reino” (POMIAN, 1984, p. 62). Essas peças de utilidade inalterada, porém, com elevado valor monetário, passaram a formar as coleções dos nobres, e posteriormente, as armarias reais, como eram conhecidas, constituiriam o núcleo de vários museus europeus.

o interesse em guardar estas colecções não era de carácter utilitário: conservavam-se numa sala de uma habitação quase sempre luxuosa, ou as armas dos antepassados e heróis das famílias ou o material bélico finamente decorado, revestido de ouro ou prata, mais objectos de arte do que relíquia de guerra (SANTOS apud TEIXEIRA, 2011, p. 15).

Com o desenvolvimento da globalização, as discordâncias entre grupos com diferenças sociais, levaram-nos a embates abertos, que propiciaram maior produção de armas para ataque e defesa. Com uma sociedade em vias de industrialização, as armas de fogo com sua complexa mecânica e disseminação acentuada, implicaram na padronização do objeto para produção em massa, gerando mudanças não apenas em termos de cultura material, mas também de sistemas de organização social e modos de comportamento.

Na sociedade de massa, as forças armadas passaram a ser constituídas por profissionais controlados pelas elites locais, os soldados eram preparados através de um mecanismo de controle social e de uniformização de comportamentos, o que facilitou a implementação de interesses próprios dos governantes da época. Desde a consolidação da sociedade armamentista, a força militar exerce papel fundamental para o Estado. No século XIX, as armas de fogo assumem as funções essenciais de ataque e defesa, abrindo a possibilidade de enfrentar o inimigo a grandes distâncias. A destreza técnica é submetida à rígida disciplina exigida dos soldados, subordinados às estratégias de organização de massa (CARVALHO, 1992, p. 14).

Segundo Carvalho (1992, p. 13), o meio social em que foi produzida e as características materiais de uma arma, apontam valores da sociedade em que ela foi produzida, informando sobre o exercício do poder a partir dos modos de utilização da força, que foi implantado sucessivamente no processo de incorporação das armas na sociedade e no meio urbano. Em contrapartida ao distanciamento corporal

entre os inimigos, propiciado pelas armas de fogo no contexto da guerra, o meio urbano e sua movimentação nas ruas passou a aproximar corpos estranhos, de forma que, os problemas colocados pela sociedade de massa, agora armada, extrapolam o âmbito das organizações militares. Em detrimento do medo do desconhecido, as armas civis, semiautomáticas e portáteis passaram a ser utilizadas para autodefesa. Com ornamentação aplicada nas armas, seguindo os padrões da moda vigente, a agressividade inerente a toda arma dá lugar a uma aura inofensiva, assim, uma pistola é facilmente enquadrada na categoria de simples objeto de uso pessoal, devido à sua estética inócua.

Gregos e romanos tinham o costume de recolher armas capturadas em combate, e após exibi-las na forma de troféus, eram recolhidas aos tesouros dos templos, formando coleções que representavam a vitória de um Estado sobre seus inimigos. Já após o início da Revolução Industrial, a preservação de coleções de armas objetivava manter uma memória da evolução das técnicas, o ato de colecionar adquiriu um valor científico, sistemático, metódico e especializado. Tendo as armas como representativas das tecnologias de ponta do período em que foram produzidas, vários museus foram criados para preservá-las como registros do avanço técnico no campo bélico. Assim, as coleções de armas e de história militar passaram a ser utilizadas como objeto de estudo das elites militares no âmbito do seu processo de aprendizagem.

Por terem sido usadas em conflitos e momentos importantes na história da humanidade, as armas, passaram a ser representativas desses momentos em ambientes de museu e coleções particulares. Dentre os primeiros museus de história do Brasil, estão os dedicados à história militar, com importantes acervos de armas. Com os múltiplos valores simbólicos associados a esses objetos, é possível atribuir-lhes o status de objeto de reflexão histórica, ao ultrapassar a barreira do fetiche e da contemplação.

Ao abalar a cultura ocidental em todos os aspectos, a Primeira Guerra Mundial afetou profundamente também os museus de armas, que passaram a utilizar uma linguagem menos técnica e mais humana em suas exposições. Durante o período das guerras mundiais, a missão central dos museus de armas se expandiu, deixando de exibir apenas as relíquias do passado, passou a incluir honras aos sacrifícios de guerra das gerações passadas. Mas só com a emergência da nova história militar, que as práticas ultrapassadas e conservadoras foram abandonadas,

a partir dos anos 1980.

durante a segunda metade do século XX o mundo acadêmico passou, cada vez mais, a dedicar atenção ao estudo das forças armadas em sua relação com as sociedades às quais servem, numa tendência que passou a ser conhecida como Nova História Militar (PEDROSA, 2011, p. 9).

No lugar da grande ênfase nos capitães, estratégias e combate passou a ser salientada a atividade do soldado comum, a estrutura das instituições militares e as interações das forças armadas com a sociedade. Buscando a transformação de exposições ultrapassadas em exposições que inserem os artefatos em um contexto social maior.

No que diz respeito aos museus de armas no mundo, o Comitê Internacional dos Museus e das Coleções de Armas e de História Militar (ICOMAM) é um comitê internacional que tem como objetivo demonstrar de que forma as armas e a história militar são parte do patrimônio cultural da humanidade. Desenvolvendo investigação sobre o tema no âmbito da Museologia, propõe-se fomentar o estudo e conservação de armas, armaduras, artilharia, fortificações, uniformes, estandartes, medalhas, de uma forma científica e permitindo resgatar seu impacto ao nível político, econômico, social e cultural (TEIXEIRA, 2011, p. 11).

As armas não foram usadas apenas em tempos de guerra, nem foram de uso exclusivo dos militares, mas estão entre as principais ferramentas do homem, passando a estar presente no cotidiano das pessoas, como instrumento de trabalho, meio de lazer e até parte da indumentária. A exemplo dessa perspectiva temos o catálogo da exposição “Armas que não vão à guerra”, a mostra que aconteceu no Museu Histórico Nacional em 1988, ilustrando a versatilidade da abordagem museológica sob qualquer tema. A apresentação dessa exposição ressalta que costumamos associar as armas à guerra e à violência, “mas nenhuma sociedade está sempre envolvida em conflito militar, ou organiza-se em torno da violência admitida enquanto tal” (ARMAS QUE NÃO VÃO A GUERRA, 1988). Tentou-se mostrar a arma enquanto ferramenta da vida cotidiana, que inserida no museu constitui documento rico em informações.

As peculiaridades das armas de fogo atraem muitos admiradores, o que possibilitou a consolidação da oplogia como uma prática reconhecida. Oplogo é o pesquisador, estudioso ou colecionador de artefatos bélicos ou armaria. O termo armaria reconhecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

(Ipham), “designa um agrupamento de armas, equipamentos destinados ao combate, seja para ofender um inimigo ou para se proteger de um ataque” (CASTRO, 2016, p. 1).

2 O DESARMAMENTO, A EDUCAÇÃO PARA O DESARMAMENTO E A FUNÇÃO EDUCACIONAL DO MAPC SOB A PERSPECTIVA DOS MUSEUS PELA PAZ

Considerando a temática representada pelos museus de armas, e seu potencial educativo, inserimos essa pesquisa no campo de estudos pela paz e educação para o desarmamento. Apontando os princípios da Educação para o Desarmamento, como meios para o cumprimento da função social e educacional atrelada a museus com arsenal bélico.

2.1 Um Panorama Sobre o Desarmamento no Mundo e no Brasil

Sérgio Duarte (2014, p. 13) aponta que, apesar da resistência da sociedade armamentista, a consciência da importância do desarmamento tem inspirado a ação da sociedade civil e de governantes, que apoiam desde o controle e regulamentação até a extinção das armas. Os primeiros ofícios com preocupações relativas aos efeitos violentos das armas datam da Idade Média, como o Concílio de Latrão e o Tratado de Westphalia, do sec. XI e XVI. Já a Convenção de Genebra, de 1864, e a Declaração de S. Petersburgo, de 1868, são as considerações de forma estruturada, precursoras de cunho humanitário no âmbito do desarmamento.

2.1.1 Desarmamento no Mundo

Em meio a outras propostas de redução de armamentos, feitas entre as principais potências europeias no século XIX, as Conferências de Haia, em 1898 e 1907, debateram questões de paz e desarmamento, em busca de regular a condução da guerra, estabelecendo direitos e obrigações aos combatentes e produzindo as primeiras convenções entre grandes potências. Segundo Sérgio Duarte, essas convenções possuem significação histórica, pois expressam a importância atribuída pela humanidade à necessidade de regulamentação dos conflitos armados e à aspiração pela paz. Interrompendo o desenvolvimento da busca por um consenso no desarmamento mundial, houve a Primeira Guerra Mundial, e com seu término em 1919 os “vencedores” dessa guerra se reuniram para negociar um acordo de paz e criaram a Liga das Nações.

A criação dessa Liga foi baseada na proposta de paz do então presidente

estadunidense Woodrow Wilson, apresentada em 1918, conhecida como Quatorze Pontos, dentre os quais, a sugestão de que os armamentos deveriam ser reduzidos “até o nível mais baixo consistente com a segurança nacional”. Um dos resultados dos esforços de controle de armas foi o Protocolo de Genebra, de 1925, com importantes disposições desarmamentistas. A criação de uma liga de Estados, rememora o pensamento de Kant, em sua obra “A paz Perpétua”, que segundo Sousa propunha:

a defesa do republicanismo e da organização federativa dos Estados nacionais em nome da construção da paz, sem que isso implicasse em perda de autonomia de nenhuma das partes, renunciando assim, em 1792, em grande parte, a criação da Organização das Nações Unidas, que somente ocorreria séculos depois (KANT, apud SOUSA, 2012, p. 16).

Após a Segunda Guerra Mundial, a Liga das Nações, que fracassou na missão de assegurar a paz e teve sua atuação entre êxitos e fracassos, foi extinta em 1945, e substituída pela Organização das Nações Unidas (ONU). Segundo Sérgio Duarte, a criação da ONU se iniciou após a Declaração do Palácio de St. James, em 1941, na qual diversos países reafirmaram a fé na paz. Com o apoio de diversos países à Declaração das Nações Unidas, foi realizada a Conferência sobre Organização Internacional, com a presença de 50 países. Elaborada pelos representantes dos países presentes na Conferência, a Carta das Nações Unidas, traz como o principal propósito da ONU, manter a paz e a segurança internacionais, baseando-se no princípio da igualdade soberana de todos os seus membros. Após todos os países assinarem a Carta, as Nações Unidas passaram a existir oficialmente, em 24 de outubro de 1945.

A Carta da ONU trata-se de um acordo constitutivo, é o documento mais importante da organização, em que todos os membros estão sujeitos aos seus artigos. Foi incorporada à legislação brasileira por meio do Decreto nº 19.841, de 22 de outubro de 1945, assinado pelo presidente Getúlio Vargas. O debate a respeito dos princípios norteadores do desarmamento e da regulamentação dos armamentos, foi feito pela Assembleia Geral, órgão que reúne todos os Estados-Membros em condições de igualdade.

A Carta, não menciona o desarmamento nuclear em decorrência da detonação experimental de um explosivo atômico em 16 de julho de 1945, nas vésperas da ratificação do acordo. Em decorrência dessa explosão em Los Alamos,

detonada pelo Estado norte-americano, iniciou-se a proliferação de armas nucleares, culminando na aquisição de armamento nuclear por parte de vários países pelo mundo. Desde seu início, a ONU procura maneiras de abolir as armas de destruição em massa e regulamentar os demais tipos de armamento, tema da primeira Assembleia Geral da ONU, em 1946. O plano não obteve grandes avanços, mas a ideia de cooperação internacional para o desenvolvimento pacífico da energia nuclear, se prolifera em diversas instâncias.

Acredita-se que haja cerca de um bilhão de armas pequenas e leves em circulação pelo mundo, ameaçando a sobrevivência da humanidade. Seja em conflitos, guerras ou genocídios, as armas convencionais são responsáveis pela morte de milhões de civis, sendo consideradas em várias regiões do mundo, como as verdadeiras armas de destruição em massa. Até o século XIX, as zonas de combate eram os principais locais de morte e destruição propiciadas pelas guerras. Mas, com a proliferação das armas e da violência, a população civil deixou de sofrer efeitos indiretos das guerras, para se tornarem o alvo principal – “Calcula-se que em algumas das guerras convencionais travadas na segunda metade do século XX ocorreram pelo menos 10 óbitos de civis, por causas indiretas, para cada morte de combatentes” (DUARTE, 2014, p. 26).

As armas de destruição em massa matam instantaneamente um grande número de pessoas, enquanto as armas convencionais matam um número muito mais elevado de seres humanos ao longo de um período maior de tempo. As armas de fogo estão entre as ditas armas convencionais, que,

são engenhos capazes de provocar a morte ou a incapacitação física por meio de explosivos não nucleares (pólvora, dinamite, TNT), energia cinética (projéteis) ou substâncias incendiárias. Os tipos principais e mais comuns são os vários dispositivos de artilharia (desde os fuzis aos canhões, passando por metralhadoras e outras armas que disparam projéteis), os helicópteros e aeroplanos de ataque ou de bombardeio, os navios de guerra, os veículos blindados de combate, as munições, etc. Existem também certas armas convencionais cujos efeitos são considerados excessivamente danosos ou indiscriminados e que, por isso, têm sido objeto de acordos específicos de limitação ou proibição de uso (DUARTE, 2014, p. 96).

A produção e o uso das armas convencionais têm se tornado preocupação da comunidade internacional, que vem elevando o número de acordos de cooperação, para aumentar a confiança entre os Estados. Outro dispositivo que promove a transparência entre os Estados, é o Registro de Armas Convencionais das Nações

Unidas, instituído em 1991, nele os Estados Membros proporcionam voluntariamente informações sobre quantidades e tipos de armas importadas e exportadas a outros Estados. Uma das atividades caracterizadas como crime organizado transnacional é o tráfico ilícito de armas de fogo, que ocasiona a perda de inúmeras vidas. Buscando prevenir e combater os crimes com mais eficácia, ocorreu em 2004, a Convenção das Nações Unidas contra o Crime, na qual foi oficializado o Protocolo contra a Fabricação e Tráfico Ilícito de Armas de Fogo. Nesse Protocolo, os Estados-Partes se comprometem a adotar uma legislação mais rígida no comércio de armas, na criminalização de atividades ilícitas no âmbito de armas e no desenvolvimento de meios para identificação e rastreamento de armas de fogo.

Já em 2011 a ONU propôs aos seus signatários a implementação de um “Programa de Ação”; visando impedir o tráfico ilícito de armas, por meio da cooperação mútua e troca de informações entre os Estados, nesse contexto entrou em vigor um Instrumento Internacional de Rastreamento, buscando assegurar a marcação de armas pequenas e ligeiras e a manutenção de registros nacionais que facilitem seu rastreamento. O Estados Unidos é o principal fabricante e comerciante de armas convencionais, dominando cerca de 40% da produção mundial desse tipo de armamento. Sendo que no ano de 2011, US\$ 85 bilhões foi o valor estimado das vendas dessas armas no mundo. Uma estimativa mais rigorosa é dificultada em decorrência do comércio ilegal de armas, principalmente para as regiões menos desenvolvidas do mundo (DUARTE, 2014, p. 96).

Em 2013 foi aprovado, em Assembleia Geral da ONU, o Tratado de Comércio de Armas Convencionais, que entrara em vigor ao atingir o total de 50 ratificações necessárias entre os Estados, constituindo “um instrumento abrangente e juridicamente vinculante que estabelece padrões internacionais comuns sobre a importação, exportação e transferência de armas convencionais” (DUARTE, 2014, p. 103). Ressalta-se o importante papel da sociedade civil no crescente debate a respeito do desarmamento, contemporaneamente diversos acordos desarmamentistas ocorrem sob pressão de esforços originados de organizações não governamentais de cunho humanitário. Essas organizações tem se desenvolvido em harmonia com diversos Estados, buscando a conscientização da opinião pública e colaborando com pesquisas e propostas por meio de canais

informais.

2.1.2 Desarmamento no Brasil

No Brasil, o primeiro documento a definir regras sobre fabricação e circulação de armas foi o Decreto Presidencial nº 24.602, de 06 de Julho de 1934. Assinado por Getúlio Vargas, proibia a fabricação de armas e munições de guerra por empresas particulares, permitindo somente a fabricação de armas e munição de caça, sem fazer qualquer menção às armas de uso civil. Segundo Carolina Dias (2005, p. 38), essas fábricas de armas de caça deveriam submeter-se a qualquer restrição imposta pelo governo, enquanto as excepcionalmente autorizadas a fabricar armamento de guerra, deviam oferecer preferência ao governo na compra de seus produtos e aceitar a fiscalização permanente de oficiais do Exército em suas instalações. Essas restrições estariam ligadas à concepção de que a legislação brasileira de controle de armas de fogo, tinha o objetivo específico de garantir a segurança nacional e não a segurança pública e individual dos brasileiros.

O Decreto nº 24.602 foi revogado em 28 de janeiro de 1965, sendo substituído pelo Decreto nº 55.649, nomeado Regulamento para o Serviço de Fiscalização da Importação, Depósito e Tráfego de Produtos Controlados pelo Ministério da Guerra (SFIDT) – R105. Revogação feita não por acaso, mais uma vez, em período de regime ditatorial brasileiro, os armamentos sempre foram fiscalizados pelo Exército, sendo desconsiderada qualquer instrução por parte civil, até os anos 1990. A fiscalização, de acordo com o artigo 10,

compreenderia o controle do funcionamento das fábricas de produtos controlados para fins militares e civis; o controle do comércio e transporte dos produtos para uso civil; e, finalmente, o registro de empresas de importação, exportação e desembaraço alfandegário de produtos controlados” (DIAS, 2005, p. 40).

Havia uma complexa estrutura de fiscalização dos produtos controlados, na qual o Ministério da Guerra era hierarquia máxima, decidindo quais eram os produtos controlados, os tipos, modelos e calibres permitidos, limites de importação e exportação. O Decreto nº 55.649 atualizou com alto grau de detalhamento as instruções para fabricação, comércio e circulação de armas e munições. Apesar do caráter restritivo, o decreto revelava o objetivo de incentivar abertamente a indústria

armamentista brasileira, além de através do art. 222, conceder o privilégio de os militares e policiais comprarem armas e munições, para uso privado, diretamente na fábrica e a preço de custo.

Subordinados ao Ministério da Guerra, a Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados (DFPC), era a responsável direta pela fiscalização; já os órgãos de fiscalização indireta eram :

“a) setores da polícia civil ou militar, quando tivessem atribuição específica de fiscalizar armas, munição e explosivos; b) órgãos da polícia civil ou militar e rodoviária, que tivessem atribuições de fiscalizar de tráfego de mercadorias; c) autoridades de fiscalização fazendária; d) autoridades federais, estaduais, territoriais ou municipais que tivessem encargos relativos a empresas de produtos controlados; e) responsáveis técnicos e administrativos pelas empresas registradas no Ministério da Guerra; f) responsáveis administrativos por clubes ou associações registradas no Ministério da Guerra; g) as autoridades diplomáticas ou consulares brasileiras, às quais cabia verificar, autenticar e conceder vistos em documentos de importação ou exportação de produtos controlados” (DIAS, 2005, p. 41).

De acordo com o artigo 21, caso uma pessoa, mesmo que não registrada junto ao Ministério da Guerra, comprove a necessidade de arma para uso imediato, poderá conseguir autorização. Já os oficiais e suboficiais militares obtinham maior liberdade na compra de armas.

De acordo com o Decreto nº 55.649, era atribuição da polícia civil a elaboração das autorizações de: compra, venda, doação, transferência, coleção, posse e porte de armas registradas para civis idôneos. Fiscalizando o comércio e o tráfico de armas em seus estados, territórios e no Distrito Federal, a polícia civil elaborava também, os atestados de idoneidade para as empresas registradas no Ministério da Guerra. Porém, Carolina Dias ressalta que, enquanto as empresas deviam seguir rígidas restrições, as pessoas físicas tidas como cidadãos de bem tinham liberdade de importar ou trazer de viagem até três armas e trezentas munições por vez. O artigo 161 e 162 do decreto, pontuam as armas, acessórios e munições de uso permitido ou proibido, essas especificações só seriam atualizadas e reeditadas trinta e cinco anos depois, no Decreto nº 3.665, de 20 de novembro de 2000, abordando as armas mais modernas.

Em 1980 foi promulgada a Portaria Ministerial nº 1.261, especificando os procedimentos para a aquisição e registro de armas por civis, porém, essa simples portaria não estabelecia um cadastro centralizado ou um sistema de comunicação

de dados entre as autoridades, criando um “registro pulverizado e compartimentado” (DIAS, 2005, p. 48). Limitava em seis, a quantidade de armas por proprietário civil, que deveria ser maior de 21 anos, com profissão definida e sem antecedentes criminais. Foi nos anos 1980 que a participação da sociedade civil começou a aumentar no processo de democratização pós-ditadura no Brasil, devido a epidemia de violência criminal. A ploriferação das armas no Brasil se dá em grandes proporções, devido a: disponibilidade e preço baixo no mercado ilícito internacional, que entra por fronteiras mal fiscalizadas; a falta de fiscalização interna e o comércio da droga, que expande o mercado ilícito das armas.

A relação das drogas com as armas no Brasil é impulsionada por traficantes internacionais, que usam o país como corredor para as drogas destinada à Europa. Assim, o Brasil logo se tornou um grande mercado consumidor dessas drogas, e com elas vieram as armas mais potentes, que equipam o crime organizado, intensificando a violência urbana. A questão se tornou expressiva, e a ONU incluiu em sua agenda o tema do controle de armas pequenas e leves (Small Arms Light Weapons, SALW), devido sua relação com o terrorismo, a violência e o crime organizado. Em 1994, é introduzido o conceito de “segurança humana” na ONU, deixando as análises de se limitarem apenas aos conflitos entre Estados, a exclusiva “segurança de Estado” (presente no regime militar) deixa de ocultar a segurança pessoal e os direitos humanos (MARTINS, 2011, p. 58).

A primeira lei a dispor sobre o uso de armas por civis, pós período ditatorial, só foi promulgada em 1997, a Lei nº 9.437, de 20 de fevereiro de 1997, como uma tímida resposta à escalada da criminalidade que explodiu nos centros urbanos nos anos 1990. Segundo Carolina Dias, essa lei padronizou o processo de concessão de registro de posse para civis, ao concentrar no Ministério da Justiça tal atribuição antes exercida pelas polícias do país. O Sistema Nacional de Armas – Sinarm, também foi criado pela Lei nº 9.437, instituído no Ministério da Justiça, no âmbito da Polícia Federal, é responsável pelo controle de armas de fogo em poder da população, congregando todas as informações de armas de civis. Porém, a categoria de civis colecionadores, caçadores e atiradores continuariam a ser fiscalizados pelo Exército. Carolina Dias afirma que no mesmo ano de criação de Sinarm, foi apresentado o significativo Projeto de Lei – PL 292, defendido pelo senador Renan Calheiros, visando o controle de armas, esse projeto evoluiria cinco

anos depois para o chamado Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826, de 9 de dezembro de 2003).

O Estatuto do Desarmamento foi aprovado em 9 de dezembro de 2003, assinado no dia 22 do mesmo mês, com um sistema mais rigoroso e centralizado de controle de armas, já almejado pela população brasileira. Como apontado pelo Instituto Sensus, 76% da população brasileira era a favor do “Desarmamento”. Na lei anterior, a Lei nº 9.437, os tipos penais praticados com armas de fogo estavam resumidos apenas no artigo 10, que foi desmembrado no Estatuto, criando os crimes de posse irregular de arma de uso permitido, omissão de cautela, porte ilegal de arma de uso permitido, posse ou porte ilegal de arma de uso restrito e comércio ilegal de arma de fogo. Além das novas tipificações dos crimes de disparo de arma de fogo e tráfico internacional de arma de fogo.

O Brasil, que já se comprometera com o Protocolo da ONU para a prevenção do tráfico ilícito de armas, propiciou também avanços internos com o Estatuto, aperfeiçoando o controle sobre as pessoas que querem ter uma arma e a fiscalização sobre o comércio de armas e munições. O Estatuto ampliou as funções do Sinarm, que junto ao Sistema de Gerenciamento Militar de Armas (Sigma), formam o banco de dados de armas e munições dos civis e o banco de dados de armas e munições do Comando do Exército. Estes bancos, com intercâmbio entre si, possibilitam a ampla pesquisa e investigação da polícia federal sobre todas as armas que circulam no país (DIAS, 2005, p. 60).

De acordo com o Estatuto, quem quiser comprar uma arma no Brasil deverá preencher os seguintes requisitos,

- a) declarar efetiva necessidade de uma arma de fogo;
- b) comprovar idoneidade apresentando certidões de antecedentes criminais das justiças Federal, Estadual, Militar e Eleitoral e de não estar respondendo a inquérito policial ou a processo criminal;
- c) comprovar estar empregado ou ter uma ocupação lícita;
- d) comprovar ter residência certa;
- e) comprovar ter capacidade técnica para manusear arma de fogo;
- f) comprovar aptidão psicológica para a propriedade e o uso de uma arma de fogo; (DIAS, 2005, p. 60).

Todos esses requisitos devem ser comprovados a cada três anos. Já o porte de arma tornou-se quase que totalmente proibido no Brasil. O artigo 6 do Estatuto

elencas as categorias que estão autorizadas a andar armadas, são todas relativas à segurança, à exceção dos atiradores esportivos. O fato, contudo, é que o artigo 10 do Estatuto prevê uma exceção à regra: aqueles que comprovarem estar sofrendo grave ameaça a sua integridade física ou exercerem profissão arriscada e comprovarem preencher todos os requisitos válidos para quem quer ter o registro, poderão requerer o porte de arma. Esse artigo, bastante polêmico, naturalmente, é pouco conhecido pelos leigos.

Sobre exportação, o decreto discorre pouco. O princípio maior era o de que os exportadores deveriam obedecer integralmente às normas legais e regulamentares que vigorassem nos países importadores. É certo que o artigo 133, parágrafo terceiro, dava ao Ministério do Exército a possibilidade de ouvir o Conselho de Segurança Nacional no caso de exportação de armas e munição e outros produtos considerados bélicos, mas o fato é que começava aí a cultura que até hoje persiste no cenário de controle de armas no Brasil: proteção da indústria de armas brasileira através de reserva de mercado pelo excessivo rigor no controle da importação e pouca preocupação com o que é vendido para outros países e com a segurança social.

2.2 Museu, Educação e Paz

Atendendo às exigências da Nova Museologia, o museu deve acompanhar os contextos sociais, políticos, econômicos e culturais da contemporaneidade, atuando de forma integrada com a comunidade da qual faz parte. Assim, a educação museal possibilita uma educação para a paz e a abordagem expositiva de um museu pode ser condizente com as políticas públicas nacionais.

2.2.1 Museu e Educação

Segundo Maria Santos (1993, p. 42), o processo educativo no Brasil é marcado por influências da educação jesuítica; presente no período colonial, que reproduzia ideologias para a perpetuação da sociedade escravocrata. Vestígios dessa característica educacional se proliferaram nas escolas e instituições como os museus no período republicano. Já no século XIX, a educação escolarizada passou

a ser utilizada como meio de ascensão social pela burguesia, até então numa perspectiva europeia. Segundo a autora um sistema de ensino descentralizado foi criado apenas após a Constituição da República, em 1891, com a oferta gratuita do ensino primário.

No século XX se deu o início do processo de escolarização dos museus, associado ao método intuitivo possibilitando o estabelecimento de diferentes museus pedagógicos, quando o museu se mostrava excelente recurso na dinamização do ensino escolar. Segundo Aparecida Rangel, na década de 1930 muitos intelectuais brasileiros já compreendiam a importância dos estudos a respeito da relação entre museu e educação, tema reverenciado pelo Conselho Internacional de Museus (Icom), desde sua criação em 1946 (seguida pela criação do Comitê Brasileiro do Icom, dois anos depois, em janeiro de 1948), como pode-se verificar num resumo histórico disponível no *site* do Icom, que descreve as atividades desse conselho,

1947-1968: Crecimiento. Las siete conferencias que tuvieron lugar entre 1948 y 1965 vieron el ICOM desarrollarse poco a poco. Las estructuras se reforzaron, la representación geográfica se amplió pero sobre todo, las actividades se volvieron más profesionales. Las dos penúltimas conferencias generales (en La Haya y Ámsterdam en 1962 y en Nueva York en 1965) mostraron la amplitud de las necesidades y el entusiasmo de los participantes. Las preocupaciones de aquellos años están relacionadas con tres sectores esenciales: el papel educativo de los museos, las exposiciones y la circulación internacional de los bienes culturales, la conservación y la restauración de los bienes culturales (ICOM apud RANGEL, 2019, p. 40).²

Segundo Aparecida Rangel, no processo de consolidação do papel educativo dos museus, foi de grande importância o Seminário Regional da Unesco sobre função educativa dos museus (denominado regional, mas que contou com a participação de representantes de dez países, e com J. K. Van der Haagen, representante da Divisão de Museus e Monumentos da Unesco), realizado em 1958, no Museu de Arte Moderna, organizado pelo diretor do Conselho internacional de Museus (Icom), buscando o desenvolvimento dos museus e o estímulo dos seus programas educativos, foi rico em estudos e debates. Dois seminários internacionais

²1947-1968: Crescimento. As sete conferências que ocorreram entre 1948 e 1965 viram o ICOM se desenvolver gradualmente. As estruturas foram reforçadas, a representação geográfica foi ampliada, mas, acima de tudo, as atividades se tornaram mais profissionais. As duas penúltima conferências gerais (em Haia e Amsterdã em 1962 e em Nova York em 1965) mostraram a amplitude das necessidades e entusiasmo dos participantes. As preocupações daqueles anos estão relacionadas a três setores essenciais: o papel educacional de museus, exposições e a circulação internacional de bens culturais, conservação e restauração de bens culturais (ICOM apud RANGEL, 2019, p. 40).

abordando o mesmo tema, também organizados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), haviam acontecido em 1952 e 1954, nos Estados Unidos e na Grécia respectivamente. O alto investimento realizado pela Unesco, no âmbito de museus e educação na década de 1950, é atribuído à instabilidade disseminada pela Segunda Guerra Mundial e ao reconhecimento do potencial da educação museal, que seria valiosa ferramenta na prevenção de novas guerras.

Nas duas décadas seguintes à Guerra, o número de museus no Brasil quintuplicou, segundo o Cadastro Nacional de Museus (CNM/Ibram), revelando, segundo Aparecida Rangel, um maior desejo de memória, impulsionado pela instabilidade do contexto histórico presente na memória coletiva da sociedade. Período também, que houve uma aproximação maior entre as instituições museu e escola, tendo o museu como importante recurso potencializador dos métodos de ensino. Para Florêncio Trigueiros o museu é “lugar ideal para ilustrar objetivamente o que lhes foi dado em sala de aula” (TRIGUEIROS apud RANGEL, 2019, p. 41), indo além da educação do povo como papel preponderante, os estudantes aprendem mais com a materialização da teoria apresentada nos livros.

Vladimir Pires utiliza o termo “museologia da monstruosidade” para abordar o tema dos museus em tempos de guerra, fazendo referência ao papel dos museus em períodos de conflito da humanidade e em meio às manifestações urbanas de 2013 no Brasil. O autor se refere a uma museologia ativa em seu contexto social e exalta a expressão política das manifestações de 2013, cunhando o termo monstruosidade, que traz consigo uma ambiguidade,

se, por um lado, o monstro sempre foi um terreno de experimentação e de inovação, estética e política, por outro, capturado para dentro dos gabinetes de curiosidades (e, posteriormente, para os grandes museus científicos), o monstro era também o negativo, o desmedido, o louco, o catastrófico, o disforme, o bárbaro, o exótico, o bizarro, o outro, enfim, esse “difícil” que atrai e atemoriza. Tudo aquilo que está fora da razão e demanda a ordem de um poder soberano.. (PIRES, 2019, p. 56).

Em uma análise do desenvolvimento da educação institucional museal, abordando momentos de excedência da humanidade, Vladimir Pires discorre por meio de recortes temporais, começando com a criação do Museu Real, em 1818, até o fim da Primeira Guerra Mundial em 1918, período em que os museus eram predominantemente de história natural e com perspectiva de atuação no olhar

“sobre o outro”. Nesse momento as instituições eram “centradas em um colecionismo inserido no contexto do cientificismo português, transplantado da metrópole para a colônia, atuando “com os olhos na Europa e os pés na América”...” (PIRES, 2019, p. 58), passando posteriormente a serem significativas na consolidação do Estado brasileiro, evoluindo a ciência do país.

Já no segundo recorte temporal, do ano de início da construção das instalações do Museu Imperial em 1845, até o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, surgiram museus em grande parte histórico-temáticos e biográficos. Houve também nesse período, a criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 1937, inicialmente chamado de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), responsável pela preservação e divulgação do patrimônio material e posteriormente do patrimônio imaterial do país.

O terceiro recorte temporal, é estabelecido da criação oficial do Museu Nacional de Belas Artes (MNBA), em 1937, ao Seminário da Unesco sobre Função Educativa dos Museus, em 1958. Nessa cronologia proposta, o MNBA, por ter seu prédio construído em 1908, representa o grande viés colecionista e discursivo “história da arte”. Segundo Vladimir Pires, com o fim da Segunda Guerra Mundial, essa última narrativa historiográfica artística é estabelecida numa variante moderna, onde, convivendo suas narrativas precessoras – a científica e a temática-histórica – abandona as abordagens clássicas e do passado, agora “voltada para o presente das cidades, dedicada a tornar-se cultura urbana e a atingir o transeunte citadino” (PIRES, p. 62).

O projeto moderno [no dizer de Maria Cecília França Lourenço] busca um bem maior para a coletividade, por meio do aprimoramento de hábitos e de costumes, [...] elegendo valores morais, [...] acalentados com desvelo, incluindo-se outros, éticos, de elevar o Brasil à condição de país atualizado e justo, sendo a criação de museus um louco [...] ideal. Esses valores, em parte, confluem com os do governo, que procura incutir o reconhecimento de uma nação forte como seu paradigma, os Estados Unidos (LOURENÇO apud PIRES, 2019, p. 61).

Vladimir Pires evidencia assim, a museologia da monstrosidade como “alvo de amplo projeto colonial e cientificista de construção discursiva, de cunho essencialmente historiográfico a exprimir-se pelas ordens do relatar[...] e do expor[...]” (PIRES, 2019, p. 57). Mas que, ao fim da Segunda Guerra Mundial, com vistas a uma educação popular, encontra no Seminário da Unesco sobre Função

Educativa dos Museus terreno fértil para instaurar o sentido educativo dos museus. Que agora viria impregnado de um sentido político, intentando evitar a repetição das atrocidades vividas na guerra. Segundo o autor “um acervo não é meramente o suporte material de memórias, pode ser também instrumento de luta e resistência.” Inexoravelmente, 60 anos após o seminário, nos encontramos num contexto de guerra permanente “por meio de um biopoder que regula a nossa vida em toda sua dinâmica” (PIRES, 2019, p. 64).

Nesse contexto de violência, onde o Estado prioriza sua natureza bélica em detrimento da segurança social, propiciando extrema desigualdade social, um governo que prioriza privilegiados, comete grave transgressão contra milhares de pessoas que vivem em situação de pobreza e sem acesso à educação. Na recusa da alienação, existe uma luta contra a tentativa de gentrificação que é orquestrada no poder político atual. Em uma analogia com o pensamento de Vladimir Pires, identificamos que é nessa luta que se encontra a resistência de uma multidão, que com sua excedência, mostra que o monstro pode ser uma cultura de paz.

Com o desejo de memória instaurado no período pós-guerra e a vontade de construção de um futuro livre dessa violência instaurada, foi atribuído ao museu grande responsabilidade nesse período histórico corrente. Tal atribuição foi potencializada pela relação entre os museus e o processo de reconciliação pós-totalitarismo no fim da década de 1980 e início dos anos 1990. Período de ascensão dos museus de guerra, elevando a quantidade de estudos sobre o tema e consequentemente, por oposição direta, os estudos sobre a paz. Contudo, segundo Sousa (2012, p. 2), o surgimento e multiplicação dos museus da paz não constituem um novo “tipo de museu”, mas sim uma proposta ética, visto seu posicionamento num plano social em que a abordagem sobre determinado tema – no caso a paz – é eminentemente pública. Assim entendemos os museus da paz como aqueles que, independentemente de sua tipologia, propõem valores encontrados em uma “cultura de paz”. Evidenciando-se a ideia de que, nesse âmbito, a abordagem é mais importante que o patrimônio, ou, a partir do pensamento de Krzysztof Pomian, a linguagem permite a superioridade do enunciado em relação ao representado fisicamente (POMIAN, 1984, p.69), como veremos a seguir.

2.2.2 Paz e Educação para a Paz

Segundo Sousa (2012, p. 7), as raízes do pensamento a respeito da paz, são fundadas em diferentes tradições interpretativas, como a mitológica, a religiosa, a filosófica e a de organismos internacionais pela paz. Na mitologia grega, a paz é representada pela deusa Irene, irmã das deusas Eunomia (legalidade) e Dice (justiça), são conhecidas como as irmãs Horas, que eram guardiãs das estações do ano e personificavam a ordem do mundo, indicando a característica transitória a qual os gregos associavam a paz. Já o pensamento romano era caracterizado por uma dimensão “dominadora” a respeito da paz; passível de imposição, e desprovido de essência mítica, era instituída belicamente.

Sendo uma questão de base religiosa por muito tempo, a paz, como expressada inicialmente na tradição judaico-cristã, era intercedida por uma figura divina. Assim, os judeus e cristão primitivos opunham-se à teoria romana de paz bélica. A religião exerceu papel importante nos processos civilizatórios, expressando seus ideais de pacificação e consequentemente estabelecendo sua relação com o plano social (SOUSA, 2012, p. 12).

O cristianismo, em seu processo histórico de consolidação, foi influenciado por diversas visões de mundo; como a romana; passando a não mais condenar o conflito armado e o militarismo. Assim, numa reflexão filosófico-teológica, Marcelo Sousa relaciona os pensamentos de Platão, na qual a guerra é um meio natural no processo de estabelecimento da paz, e de Santo Agostinho, que já expressava o abandono dos antigos pressupostos do cristianismo. Assim, controversamente, o cristianismo foi marcado por acolher a violência em nome de Deus, contribuindo para a doutrina da “guerra justa”.

Já no século XVIII, segundo Cristian Wittmann, com o desenvolvimento de novos ideais pós-renascentistas e a dessacralização da paz, a valorização da razão leva os intelectuais pacifistas a teorizar sobre o papel do Estado no estabelecimento da paz, como Immanuel Kant, que em sua obra “A Paz Perpetua”, estabelece fundamentos racionais para a moral e para o direito, constituindo um tratado de base jurídica e não militarizada.

O caráter social da paz é evidenciado a partir do século XIX, com o aumento das manifestações a favor da paz por parte das organizações da sociedade civil, essas organizações inicialmente divergiam a respeito da maneira de recusa á

guerra, de maneira absoluta ou condicional. As Sociedades em Prol da Paz se articulam, passam a debater a justiça social e alcançam nível internacional, para nomear esses militantes pela paz, Émile Arnaud cunha o termo pacifismo em 1901. E após a Primeira Guerra Mundial, com a repulsa aos horrores acometidos à sociedade, é o pacifismo absoluto que se estabelece como significado do termo de Arnaud, entendido como “o conjunto de ideias e ações que recusam a guerra de maneira absoluta”.

O pacifismo absoluto no período pré Segunda Guerra Mundial, foi falaciosamente atacado, quando a ascensão do nazifascismo foi atribuída à recusa de uma resolução bélica por parte dos pacifistas naquele período, que não conseguiram evitar o holocausto. Segundo Marcelo Sousa, o movimento pacifista passou a se reestruturar após a guerra, enfrentando novos desafios, como a questão nuclear e a promoção dos Direitos Humanos. Como maior exemplo de desumanidade, a guerra, sempre foi amplamente estudada pelos intelectuais, que buscavam compreendê-la. E inicialmente, nesse campo de estudos, o conceito de paz, como oposto direto à guerra, era coadjuvantemente explorado. Fato refletido nos primeiros museus de guerra, anti guerra e museus pela paz, como veremos posteriormente.

Após a Segunda Guerra Mundial, a paz toma lugar de destaque como campo de estudos, sua composição e formas de ser alcançada passaram a ser amplamente exploradas. Refletindo as concepções de paz negativa, em que há ausência de guerra, e paz positiva, onde além do excerto da violência, existem “estruturas afirmativas” que proporcionam uma melhor qualidade de vida. Com *status* científico, a paz passa a ser explorada a partir de disciplinas denominadas como Polemologia, Irenologia, Investigação/estudos para Paz ou pelo anglófono peace reserch. Obstante à quantidade de termos, a unânime busca por valores de pacificação constitui a base teórica do campo de estudos (SOUSA, 2012, p.7).

Para Marcelo Sousa, a concepção de paz transmuta perante diferentes contextos históricos e sob diversos planos sociais, como o político, o filosófico, o da religião ou o cultural por exemplo. Constituindo um domínio científico amparado por múltiplas fontes de abordagem, a paz é caracterizada por duas tendências, uma pré e outra pós segunda guerra mundial, associadas diretamente às concepções de paz negativa e positiva respectivamente. Tais conceitos são abordados pelo autor, segundo o esclarecimento de Guimarães,

duas áreas de pesquisa são, especialmente, desenvolvidas. A primeira, relacionada com a busca de métodos de pôr fim às guerras – chamada por essa tradição de paz negativa -, procura entender as teorias gerais de conflito e sua resolução, seja entre indivíduos grupos ou nações. Assim, desenvolvem-se estudos sobre alguns conflitos de relevância histórica, bem como o recurso a técnicas de experimentação com pequenos grupos, simulação, construção de modelos de acordo com a teoria dos jogos. Ligada à questão do conflito, a problemática do armamentismo, desarmamento e dissuasão nuclear recebeu atenção especial. A guerra é vista não apenas como imoral e inumana, mas também inefetiva. A segunda área concentra-se na busca das condições de estabelecimento da paz – a assim chamada paz positiva -, de forma que as temáticas de estudo relacionam-se com as possibilidades de cooperação e integração internacional. Aqui, ocupam lugar de destaque, os problemas relativos ao desenvolvimento econômico (GUIMARÃES apud SOUSA, 2012, p. 8).

O autor expõe a modificação epistemológica da abordagem negativa da paz para uma abordagem positiva - pautada não na ausência da violência, mas na presença de instrumentos de paz, como a justiça social, por exemplo. Assim, o pensamento de Marcelo Guimarães vai de encontro ao de Martinez Guzman, no qual a análise da paz se dá a partir de uma análise da violência,

o estudo das condições que permitem passar de uma situação caracterizada pela instituição social da guerra a uma situação de paz, forjando um conceito de paz estritamente ligado ao conceito de mudança social e unindo intimamente a teoria da paz com a teoria do desenvolvimento (GUZMAN apud SOUSA, 2012, p. 9).

Apesar desse pensamento superado de Martinez Guzman, esse autor traz “importante distinção entre violência estrutural e direta ao definir a paz como ausência de violências em geral e não apenas de conflito armado” (SOUSA, 2012, p. 9).

Marcelo Sousa cita a diversidade de debates que permeiam os ideais da Paz, ressaltando a importância de seu reconhecimento nos meios brasileiros, onde há pouca repercussão, e sua aplicação pedagógica, que instrumentaliza o processo de pacificação. Onde “Educação para a Paz pode ser descrita, em linhas gerais, como um sistema de objetivos, um arcabouço teórico e metodológico, orientado por e em direção a um conjunto de valores usualmente classificados como uma “cultura de paz”” (SOUSA, 2012, p.10). Criando assim condições de convivência pacíficas entre as pessoas.

Maria Lopes (1991, p. 2), que propõe uma desescolarização dos museus, defende uma educação museal que utilize todo o seu potencial particular, que segundo a autora, transcende o método da educação formal. Abordamos a

Educação voltada para a constituição de uma cultura de paz a partir da tradição interpretativa de organismos internacionais como ONU e Unesco, que, com metodologia de atuação em museus questionada por Maria Lopes, tem como principal missão o estabelecimento da paz global. Esses órgãos priorizam valores de uma cultura de paz, reafirmados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, como a liberdade, igualdade de direitos e a não violência. Essa Educação é caracterizada pela combinação entre conteúdo e forma, em que o ensino é conjugado com valores de pacificação, de modo a propiciar a cooperação, a resolução de conflitos e a reflexão sobre a Diferença e como lidar com ela.

Os museus brasileiros mantêm até hoje sua identidade no campo da educação escolar, com posições escolanovistas e no campo da educação não-escolar alinham-se às propostas da educação permanente introduzidas no País pela Unesco (LOPES, 1991, p. 2).

A Educação para a paz é especialmente importante em museus com acervos bélicos, pois ela transforma o conteúdo a ser aprendido com esses objetos, como a autora ressalta nas palavras de Terence Duffy,

sozinhas, lembranças de guerra são inadequadas como veículos educacionais. Portanto, enquanto há potência nas memórias evocadas pela parafernália de guerra, a esperança de que tais memórias irão unir as pessoas para impedir o retorno da guerra é em vão (DUFFY apud SOUSA, 2012, p. 34).

No contexto político atual, e o eminente regime autoritário, que já impõe sua filosofia bélica, apoiada no pensamento de parcela da sociedade denominada armamentista, faz-se essencial uma Educação com vistas a uma sociedade igualitária. Considerando o perigo dos sistemas pedagógicos serem submetidos ao controle dessas autoridades, que podam a liberdade e incitam nacionalismos belicosos, a melhor forma de evitar tal submissão é aprendendo sobre a paz enquanto campo de ação educativa. Em concordância com o exposto, Krzysztof Pomian afirma “uma tendência do próprio poder para submeter ao seu controle aqueles que produzem obras de arte e conhecimentos, a fim de os utilizar com fins políticos e nomeadamente naquilo que hoje em dia se chama propaganda” (POMIAN, 1984, p. 79).

2.3 Museus pela Paz

Marcelo Sousa ressalta que, inúmeras instituições poderiam ser classificadas como museus da paz, pois tal “tipologia” se aplica dadas as ações da instituição em prol da educação para a paz, independentemente de seu acervo. Evidenciando a importância maior sob a abordagem e não sob o patrimônio, nesses museus.

O autor aponta que o primeiro museu da paz foi o Museu Internacional de Guerra e Paz, criado por Jan Bloch em 1902, na Suíça. Jan Bloch (1836-1902), polonês, era um industrial que se tornou pacifista, reconhecido a partir de seus estudos sobre os avanços das armas e a geopolítica europeia e por sua previsão da eminente guerra mundial. Sua teoria foi publicada em 1898, no tratado “*The War of the Future in its Thechnical ,Economic and Political Relations*”³. Dois anos depois ocorreria em Paris a Exposição Mundial, onde Bloch pretendia popularizar sua teoria, visando alertar sobre os horrores da guerra, porém, conseguiu apenas um pequeno espaço expositivo no evento. Mas os planos desse pacifista se expandiram e ele decidiu criar o museu que viria a ser reconhecido por muitos teóricos da área como o primeiro em prol da paz.

O museu de Bloch expunha grande quantidade de armas de guerra, ilustrando sua tese do crescente potencial destrutivo dos armamentos que deveriam ser controlados. Numa retórica anti guerra, esse museu se utilizava de uma linguagem caracterizada, como vimos anteriormente, pela paz negativa. Por isso, o autor traz como contraponto, a perspectiva de Terence Duffy, que aponta o museu no interior do Palácio da Paz, em Haia, criado em 1913, como primeiro a utilizar uma abordagem de paz positiva, expondo instrumentos de valorização da paz, como por exemplo leis internacionais de amparo à pacificação.

Essa abordagem intencionando a repulsa à violência e à valorização de instrumentos de paz, passa a ser amplamente estabelecida principalmente após a Segunda Guerra Mundial, sendo no Japão a maior concentração de museus pela paz no mundo. Esse país, que foi o mais prejudicado pelos efeitos da guerra, sendo atingido por duas bombas nucleares, se tornou referência no uso da Museologia como meio para a pacificação.

Os museus pela paz delimitados numa proposição de paz negativa, são

³A Guerra do Futuro em suas relações Técnicas, Econômicas e Políticas.

facilmente definidos como museus anti-guerra; que utilizam abordagem orientada na abolição da guerra; contudo os museus que propõem uma paz positiva, lidam com uma complexidade maior em decorrência de não haver um consenso absoluto no conceito de paz e das múltiplas formas de expressá-la. Nesse sentido, refletindo a respeito das “categorizações museológicas”, a autora traz a proposição de Terence Duffy composta por quatro “tendências” dos museus pela paz-

Figura 4 – “Tendências” dos museus pela paz

Museus da paz <i>per se</i> - os museus que, de fato, possuem o termo “paz” em seu nome, normalmente dedicados à sensibilização da educação para a paz através das artes visuais e da “memorabilia da pacificação” ¹⁴⁷ ;
“Issue-based museums” - ou seja, aqueles espaços museológicos criados em resposta a eventos/problemáticas específicos, de caráter universalizante ou localizado (tal definição engloba uma ampla relação de instituições, que vão desde o citado Museu Memorial da Paz (Hiroshima), passando pelos diferentes museus do holocausto);
Museus sobre trabalho humanitário – museus da paz que focalizam assuntos humanitários de natureza geral de grupos/indivíduos, como o Museu da Cruz Vermelha (Genebra);
Museus de não-violência - grupo de museus que poderiam ser definidos “de maneira bastante flexível” (como adverte o autor) como os “museus de não-violência”, como os devotados a tal temática na Índia e nos EUA, dedicados a Ghandi ou a Martin Luther King.

Fonte: DUFFY apud SOUSA, 2012, p. 42

Apesar de propor tal categorização, a própria autora adverte a respeito de sua aplicação, que se torna relativa, devido à existência de museus que se enquadram em múltiplas categorias dentre as propostas. Além de que, tais categorias são sustentadas a partir de um objeto de estudo, ao qual o próprio conceito não é conclusivo. Apesar da abrangência do conceito de paz, e a dificuldade da conceituação de museus pela paz, distingue-se nessas instituições que a promovem um discurso pacificador, o caráter de militância ou engajamento.

2.4 Educação para o Desarmamento e o MAPC

As percepções aumentadas pelo ambiente museal trazem a tona o dilema da funcionalidade e intencionalidade, especialmente presente em acervos bélicos, onde a arma tem sua função original completamente deslocada, com a chance tanto de

mostrar os flagelos de sua existência, como de se transfigurar numa perspectiva histórico informativa ou de educação para a paz. Buscando contribuir com a comunidade contemplada com a presença de uma instituição museal, Cristina Alves considera,

podemos encará-las as instituições museais de modo genérico como lugares de encontro e de debate cultural, onde se cruzam vários olhares sobre o mundo e diversas construções de pensamento. São espaços de comunhão e de diferença, usufruídos por um público cada vez mais amplo e heterogêneo, para quem se tem procurado alargar as possibilidades de aceder e construir o conhecimento e a cultura. São nesse sentido, centros de educação que ligam a educação formal, não formal e informal, em que aprender combina com entreter, fruir, onde o conhecimento e a cultura se comunicam à sociedade. O papel educativo dos museus também é, por conseguinte, revelador do seu papel comunicativo, e pode servir para perceber os mecanismos da atuação do Estado para o desenvolvimento da cultura, sobretudo das intervenções sobre a recepção e a produção culturais. Daí, conforme se tem afirmado, é importante reconhecer as ligações entre a cultura, a educação e comunicação, nomeadamente quando todas contêm elementos de relação com o social (ALVES, 2007, p. 5).

Em tempo, no âmbito da proposta dos museus pela paz, buscamos contribuir na Educação para o Desarmamento, refletindo a respeito do programa educativo do MAPC. Tanto uma pessoa armamentista quanto uma desarmamentista pode visitar um museu de armas, visto que ele está a serviço de todos; assim como a Paz, que propicia a democracia e possibilita a coexistência harmônica.

Promover a compreensão entre os povos, a paz, o desarmamento e os direitos humanos por meio da educação, da ciência e da cultura, constituem preocupação fundamental da Unesco, segundo sua carta de fundação, ressaltando o caráter educativo pelo qual o desarmamento pode ser alcançado,

a paz estabelecida exclusivamente nos acordos políticos e economicos dos governos não poderá obter o apoio unânime, sincero e duradouro dos povos e, conseqüentemente, essa paz devera forjar-se sobre a solidariedade intelectual e moral da humanidade (JARES, 2002, p. 57).

Ressaltando o essencial caráter humano na busca pela paz, Xesús Jares aponta também que logo após a Segunda Guerra Mundial, políticos, educadores e cidadãos voltaram a atenção para o sistema educativo; as recomendações de educação e ensino da ONU foram intensas. Como podemos verificar a seguinte, o aspecto educativo da Unesco é abordado no artigo 26, parágrafo segundo, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada em 10 de dezembro de 1948.

A educação tera como objetivo o pleno desenvolvimento da personalidade

humana e o fortalecimento do respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais; favorecerá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos étnicos ou religiosos; e promoverá o desenvolvimento das atividades da Nações Unidas para a manutenção da paz (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948, p.14).

Assim, o ensino acerca dos direitos humanos recebe grande impulso, sendo acompanhado na década de 1970, em oposição à corrida armamentista, pelo novo componente Educação para o Desarmamento. Segundo Xesús Jares, a Educação para o Desarmamento tem suas origens na “Recomendação Sobre a Educação para a Compreensão, a Cooperação e a Paz Internacionais e a Educação Relativa aos Direitos Humanos e às Liberdades Fundamentais”, emitida pela Unesco em 1974. O ponto 18 dessa recomendação trazia uma reunião de conteúdos tidos como fundamentais da Educação para o Desarmamento: “A manutenção da paz; os diferentes tipos de guerra e suas causas e efeitos; o desarmamento; a não-admissão do uso da ciência e da tecnologia com fins bélicos e sua utilização com fins de paz e progresso;...” (Recomendação Sobre a Educação para a Compreensão, a Cooperação e a Paz Internacionais e a Educação Relativa aos Direitos Humanos e às Liberdades Fundamentais, 1974, p. 6). Mas o marco na consolidação desse componente, se daria em 1980, na França, com o Congresso Mundial de Educação para o Desarmamento.

A respeito desse evento, Xesús Jares traz a consideração do então secretário-geral adjunto das Nações Unidas, J. Martenson, “o congresso é a primeira ocasião em que se examinaria sistematicamente a questão de vincular a educação com os objetivos do desarmamento e da paz” (JARES, 2002, p. 46).

O documento aponta que diferentes pontos de vista foram discutidos pelos especialistas de 48 países, juntos a observadores que compunham organizações não governamentais, membros de estado e representantes da ONU. Segundo Gustavo Vieira, a Educação para o Desarmamento tem como principal instrumento regulamentador, o Relatório Final do Congresso Mundial da Educação para o Desarmamento, este documento aponta dez princípios para a disciplina, redigidos em junho de 1980, concluindo esse encontro mundial, que foi promovido pela Unesco.

O princípio número um define que “A educação para o desarmamento como componente da educação para a paz implica uma educação acerca do desarmamento e uma educação para o desarmamento [ou seja, sobre o

desarmamento e para o desarmamento]. Todos os educadores e comunicadores podem contribuir para a educação relativa ao desarmamento tratando de compreender melhor e de conseguir que os demais compreendam também melhor as razões da produção e aquisição de armas, das repercussões sociais, políticas, econômicas e culturais da corrida armamentista, e do grave perigo que representa para a sobrevivência da humanidade a possibilidade do emprego de armas nucleares [que hoje seria ampliado para todas as armas de destruição em massa]” (sob o título A relação da educação para o desarmamento, princípio 1).

Por desarmamento se entende “toda a forma de ação que vise limitar, controlar ou reduzir os armamentos, inclusive as iniciativas unilaterais de desarmamento, e também o geral e completo sob um controle internacional eficaz”. A proposta vai além, pois visa “transformar o atual sistema de Estados nacionais armados numa nova ordem mundial em que haja paz planejada sem armas e em que a guerra não seja mais um instrumento de política nacional – e também em que os povos determinem seu próprio futuro e vivam com segurança, baseada na justiça e na solidariedade” (definição de desarmamento, 2).

Ressalta-se ainda o papel na difusão de informações fidedignas (o papel da informação, 3) acerca do tema, relacionando-o com a realização dos objetivos da segurança nacional e do desenvolvimento (relação com realidades econômicas e políticas, 4) analisando fatores políticos, econômicos e sociais nos quais poderia fundar-se a segurança dos povos; aprofundar pesquisas (pesquisa e tomada de decisões, 5); respeitar preceitos do direito internacional, como autodeterminação dos povos visando a manutenção da paz e solução não-violenta de conflitos (critérios fundamentais, 6); evidenciar vínculo com direitos humanos e desenvolvimento (relação com direitos humanos e desenvolvimento, 7); com objetivos pedagógicos para aprendizagem ativa para ensinar a pensar acerca do tema para desenvolver análise e capacidade crítica (objetivos pedagógicos, 8); basear-se nos valores da: compreensão internacional, tolerância relativa à diversidade ideológica e cultural, e compromisso com a justiça social e solidariedade humana. (valores, 9); e, por fim, relacionar a todos os setores da sociedade (setores da sociedade concernentes, 10) (VIEIRA, 2006, p. 407).

Em continuidade às atividades do evento, um ano depois foi realizada uma consulta da Unesco sobre Educação para o Desarmamento, “para rever as modalidades de implementação e recomendações do congresso e para propor um plano, estruturado em fases, para 1984-1989” (JARES, 2002, p.66). Resultando no lançamento da Campanha Mundial da Nações Unidas pelo Desarmamento, vigente de 1982 a 1992, quando foi transformada em Programa de Informação em Desarmamento.

Xesús Jares, aborda a dimensão política da Educação para a Paz como característica pedagógica, destinada a aumentar nos sujeitos a consciência do funcionamento dos processos socioeconômicos, entre eles a paz. Como se afirmou no encontro da Proposta de Emenda à Constituição de 1977,

a educação é sempre uma atividade política, associada a finalidades

políticas... A educação para a paz é um processo pelo qual um grupo de pessoas se torna consciente de sua capacidade potencial e aprende a significar os meios mediante os quais se pode chegar à solução desse problema (JARES, 2002, p.149).

Seguindo os pressupostos da Educação para a Paz, Xesús Jares, traz suas considerações acerca da Educação para o Desarmamento, estruturando seus “objetivos conceituais e atitudinais”.

Objetivos conceituais relacionados com o desarmamento:

- Conhecer as causas, a natureza e as consequências do rearmamento.
- Explicar a ideia do desarmamento e inferir suas consequências positivas em torno da segurança, meio ambiente e melhoria das necessidades sociais
- Identificar as diferentes alternativas de desarmamento.
- Explicar os conceitos de Estado-nação e de segurança como histórico e modificáveis.
- Analisar as propostas de defesa não violenta e a objeção de consciência ao serviço militar. A objeção fiscal aos gastos militares.
- Reconhecer as causas da guerra e seu papel na história da humanidade.
- Conhecer a situação do comércio de armas e as campanhas contra ele.
- Indagar sobre a relação entre militarismo, subdesenvolvimento e direitos humanos.
- Identificar as diferentes consequências trágicas da guerra em todas as suas vertentes: humana, social, econômica, ecológica (JARES, 2002, p. 158).

Objetivos atitudinais relacionados com o desarmamento:

- Valorizar positivamente o desarmamento
- Ter consciência do papel da pressão da opinião pública em favor do desarmamento e da paz em geral
- Preocupar-se com os países que sofrem conflitos bélicos.
- Dar-se conta da importância das defesas alternativas não-agressivas.
- Estar sensibilizados a favor da objeção de consciência ao serviço militar e aos gastos militares (objeção fiscal).
- Identificar a guerra como fracasso da humanidade (JARES, 2002, p. 160).

Tais objetivos compõem o enfoque na orientação, ou característica, e no objeto, ou campo de estudos: educação sobre o desarmamento e para o desarmamento. Suscitando uma inter-relação da educação para o desarmamento com o desenvolvimento e os direitos humanos, segundo o autor esse enfoque combina a informação com a criação de novas atitudes críticas que geram nos

estudantes condutas opostas à violência. Assim, o autor concorda com a conclusão do Relatório Final do Congresso Mundial da Educação para o Desarmamento, na qual a Educação para o Desarmamento configura-se como componente da Educação para a Paz.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos seria posteriormente complementada com outras declarações, como a Declaração do Direito ao Desenvolvimento (1986), que aponta a violência e a corrida armamentista como principais obstáculos para a efetivação do direito ao desenvolvimento e à paz. Podemos observar também sua conformidade com os ensinamentos de Kant, que aponta o erro de se financiar um conflito armado com recursos públicos que poderiam estar sendo investidos em benefício aos cidadãos em forma de políticas públicas.

Considerando que a paz e a segurança internacionais são elementos essenciais à realização do direito ao desenvolvimento; Reafirmando que existe uma relação íntima entre desarmamento e desenvolvimento, que o progresso no campo do desarmamento promoveria consideravelmente o progresso no campo do desenvolvimento, e que os recursos liberados pelas medidas de desarmamento deveriam dedicar-se ao desenvolvimento econômico e social e ao bem-estar de todos os povos e, em particular, daqueles dos países em desenvolvimento; (Declaração do Direito ao Desenvolvimento, 1986, p. 2).

Artigo 7º Todos os Estados devem promover o estabelecimento, a manutenção e o fortalecimento da paz e segurança internacionais e, para este fim, deveriam fazer o máximo para alcançar o desarmamento geral e completo do efetivo controle internacional, assim como assegurar que os recursos liberados por medidas efetivas de desarmamento sejam usados para o desenvolvimento amplo, em particular o dos países em via de desenvolvimento (Declaração do Direito ao Desenvolvimento, 1986, p. 4).

Se a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento representou uma etapa importante para uma definição completa da noção global dos direitos humanos, tensões sociais e agravam os conflitos estruturais que impedem que as pessoas se desenvolvam e alcancem uma qualidade de vida na qual a dignidade esteja assegurada e sejam satisfeitas as necessidades humanas básicas. Como escreveu, em 1992, o antigo Secretário-Geral da ONU, Boutros Boutros-Ghali, a dignidade humana plena “significa não só a liberdade de não ser submetido a torturas, mas também a liberdade de não morrer de fome (RAYO, 2008, p. 16).

Indo de encontro a esses princípios de paz ensejados pela ONU, o presidente do Brasil no ano de 2019 insiste em facilitar e estimular a compra de armas pela população. Segundo Antônio Bandeira (2019, p. 344), no período de apenas um

semestre após assumir a presidência, Jair Bolsonaro promulgou sete decretos na tentativa de revogar o Estatuto do Desarmamento, os sete decretos foram revogados diante das reações. É prerrogativa do Congresso a aprovação ou revogação das leis, de qualquer forma, Bolsonaro editou um decreto-lei para regulamentar a Lei nº 10.826/2003, inconstitucionalmente, fugindo do debate público e da votação democrática no Congresso.

Dentre mudanças pretendidas pelo presidente está a permissão de Caçadores, Atiradores Esportivos e Colecionadores (CACs) transportarem armas curtas municiadas no percurso para os clubes de tiro. Ademais, crianças a partir de quatorze anos e com autorização de seus responsáveis; poderiam treinar tiro nesses clubes. Como nos EUA, onde jovens tem fácil acesso a armas.

Nos EUA, onde os cidadãos têm livre acesso às armas, há mais armas do que pessoas, segundo dados da Small Arms Survey (KARP, 2018, p. 4); em 2017 haviam 120,5 armas para cada 100 pessoas. É crescente a quantidade de assassinatos em massa. Em 2017 houve o maior massacre, quando um senhor abriu fogo a uma multidão de pessoas que assistiam a um show, matou 58 e feriu 85 pessoas (no Brasil já há o registro de sete tiroteios em escolas). No *Youtube* circula um vídeo “viral” no qual, em 2017, um jovem de 13 anos de idade, após não conseguir comprar bebida alcoólica, cigarros nem revista pornô, compra facilmente um fuzil, demonstrando a imprudência de certas leis americanas (CNN, 2017). No mesmo ano, podemos flagrar também por registro de vídeo que circula no *Youtube*, um jovem armado de 13 anos de idade assaltando crianças em Sobradinho-DF, Região Administrativa do Distrito Federal assim como Riacho Fundo, onde se encontra o MAPC (R7, 2017).

E dramático o terror infligido às crianças durante as guerras contemporâneas, enquanto algumas são ensinadas a matar, outras morrem em confronto. A ONU se referia a elas como “crianças soldados”. Em tempo, as crianças em situações distintas das guerras, nem por isso menos violentas, envolvidas com o narcotráfico e o crime organizado no Brasil, foram denominadas pelo antropólogo inglês Luke Dowdney, como “crianças e jovens envolvidos em violência armada organizada”. Segundo pesquisa do antropólogo, dados aterrorizantes do Rio de Janeiro refletem no país inteiro -

o numero de crianças e adolescente mortos por armas de fogo entre 1987 e 2001 foi oito vezes maior na cidade do Rio de Janeiro do que na guerra de Israel-Palestina durante o mesmo período. Nessa ultima morreram 467

menores, enquanto na luta do tráfico carioca, 3.937 (DOWDNEY, 2003, p. 145).

Durante muito tempo se atribuiu a violência dos jovens a fatores biológicos ou demográficos. Atualmente, segundo Downdney, se atribui o envolvimento maior desses jovens com atos violentos a uma soma de fatores, que incluem causas socioculturais, como a “cultura da violência”, instigada por programas sensacionalistas, games violentos e exemplos de resolução de conflitos por meio da força, ao invés da negociação.

No Brasil, segundo a OMS, metade das vítimas de homicídio por arma de fogo são jovens. Segundo Antônio Bandeira, as armas de fogo são a maior causa de morte entre jovens do sexo masculino no Brasil. O autor aponta a exposição à violência durante a infância e juventude, entre outras variáveis, como uma das causas da violência. Afirmando ainda, que:

Países como o Brasil, com grande desigualdade na distribuição de renda, falta de legitimidade das autoridades e das instituições, corrupção minando fortemente as corporações policiais, política de segurança concentrada apenas na repressão e não na prevenção e inteligência, impunidade da maioria dos crimes cometidos, sistema penitenciário sob controle de facções criminosas, crime organizado em expansão, proliferação de armas, Judiciário não democrático e lento, enormes setores do Estado capturados pela corrupção, crise econômica e altos índices de desemprego, criam a tempestade perfeita para a violência urbana de grandes proporções que sofremos (BANDEIRA, 2019, p. 17).

Visto a situação de risco que muitas crianças se encontram, onde a violência já é presente em sua vida; expressa por meio de familiares ou amigos; analisamos a prática dos educadores do MAPC sob a perspectiva de educação de Flávio Brayner, onde o diálogo prescindiu a educação (BRAYNER, 2009, p.207), e identificamos como opção apropriada oferecer alternativas culturais atraentes e benéficas, ao invés de reafirmar os malefícios da cultura de violência; que de certa forma pode já estar associada com símbolos íntimos do sujeito educando. Em consonância com Flávio Brayner, Leila Dupret afirma que formar as crianças na “Cultura da Paz”, imprime desvelar e não esconder, com criticidade ética, as práticas sociais injustas, incentivando a colaboração, a tolerância com o diferente, o espírito de justiça e da solidariedade. Orientando assim, também, numa perspectiva positiva de educação para a paz.

Falar de violência e de como ela nos assola, deixa de ser a temática principal. Não que ela vá ser esquecida ou abafada; ela pertence ao nosso

dia-a-dia e temos consciência disto. Porém, o sentido do discurso, a ideologia que o alimenta, precisa impregná-lo de palavras e conceitos que anunciem os valores humanos que decantam a paz, que lhe proclamam e promovem. A violência já está bastante denunciada, e quanto mais falamos dela, mais lembramos sua existência em nosso meio social e ambiental. É hora de começarmos a convocar a presença da paz em nós, entre nós, entre nações, entre povos (DUPRET, 2002, p.91).

Numa sociedade com marcada “cultura de violência”, educar pela paz e prevenir o envolvimento das crianças com a violência se torna essencial. Assegurar-se de que as crianças estão frequentando a escola e que isso é importante pode se tornar responsabilidade da equipe de projetos sociais.

A maior parte do público do MAPC é composto por crianças, jovens e visitas escolares. A respeito de teorias de aprendizagem infantil em exposições, Denise Studart explora o método pedagógico de diversos educadores e psicólogos buscando aprimorar a experiência de crianças em museus, tendo como referência também a experiência de museus para crianças que vem se proliferando desde o século XIX. Destacando a teoria de desenvolvimento cognitivo de Piaget, que enfatiza o aprendizado ativo e os diferentes estágios de desenvolvimento, onde há uma interação entre o aprendiz e o ambiente, no caso do ambiente de exposições essas aplicações pedagógicas “envolvem vários sentidos e habilidades motoras [...] e promovem oportunidades para exploração ativa de conceitos concretos e abstratos” (BLACK apud STUDART, 2006, p, 17). Assim cada criança vivenciaria uma “experiência pessoal” nas exposições, implicando numa aprendizagem aprofundada e condicionada à características culturais, sociais e cognitivas de cada um, onde a importância do estímulo ao questionamento se superaria à explicação (STUDART, 2006, p: 21).

Denise Studart reflete a respeito da importância de uma maior exploração das exposições interativas e do conceito de “museus para crianças” (children’s museums) no Brasil, onde comparado a outros países, reflete a baixa receptividade desses museus.

Implementar a missão educativa de um museu requer responsabilidade, seriedade, compromisso, criatividade, abertura e conhecimento de abordagens educativas apropriadas para diferentes públicos alvos. E, sobretudo, colocar a sociedade e as políticas social e educacional da instituição como focos principais (STUDART, 2006, p: 30).

É importante aprimorar o processo de desenvolvimento cognitivo das

crianças, exaltando valores de paz, tanto no método formal de ensino; educação primária e secundária; como na educação informal; fora do currículo escolar. No DF temos exemplos dos dois métodos de ensino, como a Semana de Educação para a Vida e o Programa e o Programa Caminhos para a Cidadania, que utilizam o MAPC como ferramenta nesse processo de educação, a qual nos referimos como “educação para a paz.”

A prática educativa presente nessas ações socioeducativas, que incluem a visita ao MAPC, ocorrem por meio da intermediação dos professores, dos agentes sociais e dos agentes policiais, que levam jovens a esse museu, para que participem de um programa educativo composto por uma palestra de prevenção as drogas, uma visita guiada ao Museu de Drogas e uma visita guiada ao Museu de Armas, respectivamente. Nessa pesquisa, essa prática educativa é analisada sob a perspectiva da Educação para o Desarmamento, onde percebemos limitações na abordagem da educação museal, que,

explicita o que consideramos um aspecto básico da redução do papel dos museus provocada pelas visões escolarizadas, redução que se inicia pela incorporação ao museu da visão escolar que dá prioridade ao discurso verbal e serve-se dos objetos do museu apenas “para ilustrar os programas das diversas disciplinas a serem ministradas... (LOPES, 1991, p. 7).

Durante o processo de visita é possível observar que a comunicação entre os intermediadores e os jovens se dá, principalmente, através do dialogo, fomentando discussões que abordam temas específicos como armas de fogo e violência.

Segundo Flávio Brayner, a educação é prescindida do diálogo, e para que este ocorra, é necessário ao menos dois dialogantes, que, num processo de comparação, reconhecem suas próprias personalidades. Essa prática implica uma troca dialogal, em que há um processo de autoconhecimento (centramento) e uma disposição a internalizar o conhecimento do outro (descentramento), indicando um potencial de alteridade para constituir um novo referencial de personalidade, por meio da apropriação parcial da identidade de um sujeito semelhante e incomparável. O autor também pressupõe que para haver o diálogo é necessário um “código comum”, no qual os dialogantes fazem suas associações referenciais particulares e restritamente consentidas, respeitando a singularidade do outro. Brayner lembra ainda que cada sujeito em dialogo possui sua história privada, com símbolos específicos que o orientam e o constituem numa base: distinta e imutável; que ao ser modificada possivelmente ocasiona danos na constituição de cada um como

sujeito; denominada “grosseiramente”, pelo autor, de uma “cultura”,

que me antecede, da qual eu participo e construo, que constitui no interior de relações sempre cambiantes e da qual não posso me desfazer facilmente, sob pena de me encontrar em situação de desorientação psicológica e social (BRAYNER, 2009, p. 210).

Obstante ao público jovem, turmas de policiais em formação também visitam o museu como parte da agenda curricular, onde esses alunos aprendem mais sobre as armas, artefato o qual terão contato ao exercer suas profissões. Cabe apontar a recomendação do Relatório Final do Congresso Internacional de Educação Para o Desarmamento, em que, esse ensino afetaria todos os níveis educativos, seja formal ou informal, inclusive as classe militares, onde,

Disarmament education should from now on be a part of training programmes in military colleges in all countries. Its purpose should be to create in the minds of the members of the armed and security forces respect for human rights and international humanitarian law. In particular it should encourage them to favour the settlement of conflicts through negotiation and other peaceful means” (WORLD CONGRESS ON DISARMAMENT EDUCATION, 1980, p. 13).

Finalizando esse capítulo, ressaltamos que o estabelecimento da paz não deve estar condicionado a acordos políticos, econômicos ou militares; visto sua real dependência no comprometimento unânime, sincero e sustentado nas pessoas. Leila Dupret aponta a importância de procurar soluções para a cultura de violência, que advenham de dentro da sociedade, e não impostas a essa por meio de tratados. Para a autora o diálogo é a alternativa apropriada para a prática da não-violência em resolução de conflitos, recorrendo à proposta pedagógica de Paulo Freire, que entende a ação educativa de alfabetizar como compreensão “da palavra e do mundo” (o texto e o contexto).

A Paz tem sua grande possibilidade de concretização através do diálogo freireano porque ele inscreveu na sua epistemologia crítica a intenção de atingi-la. O diálogo que busca o saber fazer a Paz na relação entre subjetividades entre si e com o mundo e a objetividade do mundo, isto é, entre os cidadãos e a possibilidade da convivência pacífica, é a que autentica este inédito-viável. A educação pelo diálogo que forma homens e mulheres na e voltada para cultura da Paz, da solidariedade, da fraternidade, e da libertação humana (Nita Freire, 2006, p. 392).

Percebemos assim nas armas um instrumento de violência exercida por homens que procuram se defender dos que também usam armas para atacar, formando um ciclo de destruição a qual pode ser interrompido através do diálogo,

prescindindo das armas e recolhendo-as aos museus.

3 O PÚBLICO, O PROGRAMA EDUCATIVO, A METODOLOGIA E A ANÁLISE DOS DADOS.

Buscando observar a abordagem museológica das armas no programa educativo do MAPC, pesquisamos a respeito de museus de armas, estudamos o público do MAPC e observamos suas visitas guiadas. A pesquisa bibliográfica foi realizada através de leituras de materiais físicos e digitais disponíveis na Biblioteca Central da UnB e conteúdo disponível na *internet*. O contato com o MAPC foi feito através de ligações e visitas, onde fui orientado por agentes policiais, e informado a respeito das escolas e projetos sociais participantes do programa educativo do museu. Entrei em contato com as escolas e com os centros de assistência social que levam jovens ao MAPC, por meio de ligação telefônica acordamos o acompanhamento das visitas a serem realizadas. O acompanhamento foi feito nos dias 14/05/2018 e 24/05/2018, onde observei o comportamento e o percurso realizado pelos visitantes, realizei perguntas pertinentes à pesquisa e fiz anotações.

3.1 O Público e o programa educativo

A conversa com agentes policiais do MAPC, além de professores e orientadores sociais que levam jovens a esse museu; nos trouxe informações importantes a respeito das atividades educativas oferecidas ao público do MAPC, que foram analisadas sob a perspectiva da Educação para o Desarmamento. A sala do MAPC fica ao lado da sala do Museu de Drogas da Polícia Civil, em geral a visita ao MAPC é feita por agendamento, e realizada inserida num programa educativo da academia de polícia, no qual o público participa de uma palestra de prevenção às drogas, uma visita guiada ao Museu de Drogas e uma visita guiada ao Museu de Armas respectivamente.

Os policiais afirmam que a maior parte do público dos museus da Academia de Polícia é de estudantes, seja do âmbito formal ou informal do DF; reafirmam a importância de atividades de prevenção à violência destinada a jovens em idade escolar e reconhecem a cultura de violência presente nas cidades do DF.

Os professores consultados revelam que a visita ao museu, com as turmas do 4º ano do ensino fundamental, é feita como parte integrante de uma série de

atividades que compõem a Semana de Educação Para a Vida; incluindo palestras; workshops; e atividades sobre direitos humanos, meio ambiente, educação sexual e educação no trânsito por exemplo, direcionadas a jovens em idade escolar.

Os orientadores sociais consultados afirmaram que a visita ao museu em conjunto com os adolescentes assistidos pelo projeto de Fortalecimento de Vínculos, é feita como parte integrante do Programa Caminhos da Cidadania; no qual são realizados diversos projetos extracurriculares à escola, direcionados a jovens de quinze a dezessete anos em situação de vulnerabilidade social.

Os agentes policiais, os orientadores sociais e os professores concordam que um dos principais fatores de influência no envolvimento de jovens com a violência é a falta de referenciais positivos, tanto na família como no meio social em que vivem, assim, reconhecem seus papéis de educadores, que exaltam valores de paz; combatendo os problemas de influência negativas dos grupos de referências dos jovens, especialmente pais e amigos. Assim, num meio social com limitações, em que a violência se torna um meio comum de alcançar anseios, esses educadores buscam oferecer alternativas de emancipação da cultura dessa violência para os jovens educandos.

O agente policial responsável pelo museu é quem conduz as visitas guiadas. Ele informa que 90% do público é escolar e infanto juvenil, sendo composto também por turmas de policiais em formação, tanto da própria academia quanto do entorno do DF. As visitas do público espontâneo não ocorrem com muita frequência, fato atribuído à localização de difícil acesso do museu. Apesar de próximo a uma rodovia importante, não há paradas de ônibus nas proximidades, e a comunidade ao redor não é engajada com a instituição a qual o museu pertence.

As visitas guiadas acontecem por meio de agendamento, o contato do MAPC se encontra registrado no Ibram e em seus materiais de divulgação. As escolas ou instituições que agendam uma visita costumam seguir um cronograma, assistindo uma palestra sobre as causas e efeitos da droga na sociedade, posteriormente visitam o Museu de Drogas, localizado na sala ao lado do Museu de Armas da Polícia Civil, que é visitado logo em seguida.

O público escolar da rede pública do DF, no período observado, visitou o museu como parte integrante da Semana de Educação Para a Vida. Esta semana foi instituída através da Lei de nº 11.988, de 27 de julho de 2009, determinando que aconteça anualmente nas escolas públicas de ensino fundamental e médio,

atividades extraescolares, abordando temas, “tais como: ecologia e meio ambiente, educação para o trânsito, sexualidade, prevenção contra doenças transmissíveis, direito do consumidor, Estatuto da Criança e do Adolescente, etc” (BRASIL, 2009). Deve ser realizada em um período determinado pelas Secretarias de Educação e em Calendário Escolar.

O Museu recebe também visitas de um público infanto juvenil, na idade média de 15-17 anos, jovens assistidos pelo Programa Caminhos da Cidadania. Este programa é parte integrante do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), oferecido nos Centros de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, nos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas). Subordinado à Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEDESTMIDH), o programa Caminhos da Cidadania foi instituído pela Lei nº 4.737, de dezembro de 2011 e disciplinado pela Portaria nº 202, de 23 de Dezembro de 2016, objetivando “estimular a convivência social, a participação cidadã e a formação geral para o mundo do trabalho, fortalecendo a convivência familiar e comunitária, bem como o retorno e permanência de adolescentes no sistema regular de ensino” (BRASIL, 2016). O programa é direcionado à adolescentes em situação de vulnerabilidade social, e a visita a museus faz parte das atividades desenvolvidas.

É comum que durante o período de formação, as turmas de policiais visitem o MAPC, nessa visita eles aprendem mais sobre esses objetos os quais podem entrar em contato durante o exercício de sua profissão. Turmas do entorno do DF, e até de fora, fazem excursões até o museu; já as turmas que recebem aula nas próprias dependências da academia de polícia, possuem mais facilidade de acesso visitando o museu espontaneamente.

A visita guiada é feita de forma a apresentar o desenvolvimento das armas cronologicamente, enfatizando o valor histórico das armas que estiveram presentes em batalhas importantes ou pertenceram a personalidades.

3.2 A metodologia

Com a finalidade básica de aprofundar o conhecimento a respeito do

potencial educativo dos museus de armas, especialmente no âmbito da educação para a paz, essa pesquisa buscou de forma estratégica levantar dados empíricos na observação do programa educativo do Museu de Armas da Polícia Civil. Com objetivos descritivos, exploramos o estado da arte da educação para o desarmamento em museus de armas e analisamos sua aplicação no museu referido. Através de uma abordagem qualitativa, interpretei as informações das leituras relacionadas, associando-as nos capítulos passados e aplicando-as com levantamento e análise de dados expostos, nesse capítulo.

A análise dos dados foi feita de forma hipotética dedutiva, pois identificamos a hipótese do potencial de educação para a paz no MAPC, que não é devidamente aproveitado, pois faz uma abordagem estritamente histórica e cronológica. E testamos essa hipótese por meio de procedimento observacional simples (na visita escolar) e observacional participativo (na visita do Cras).

Objetivando identificar a expressão de uma educação para a paz e potencialmente uma educação para o desarmamento, observamos o público do museu considerando a experiência museal na perspectiva de John Falk e Lynn Dierking que,

aponta um modelo holístico de análise da situação de visita a museus enquanto situação complexa, onde a compreensão dos processos de construção de sentido e de aprendizagem neste ambiente pressupõe a articulação entre o que os autores designam como o contexto pessoal da visita (personal agenda – motivações, interesses, memórias, representações, conhecimentos prévios), o contexto físico (a exposição e seus componentes) e o contexto social (o grupo presente e todas as interações sociais ocorridas durante a visita). Ulteriormente, o eixo temporal foi acrescido ao sistema sinalizando que o sentido e a construção de conhecimentos a partir da visita a uma instituição museal trazem consigo uma dimensão temporal manifesta na articulação de memórias e aquisições anteriores à visita com possíveis situações de conflito cognitivo e novas construções de sentido durante a visita; manifesta, igualmente, no “estoque” de memórias e aquisições resultantes das interações sócio-cognitivas durante a visita, disponíveis para futuros (re)investimentos em situações diversas: na sala de aula, em casa assistindo TV, no cinema, em visita a outros museus, etc (FALK; DIERKING apud KOPTCKE, 2002, p. 7).

Além de registrar, por meio da observação de percurso (*timing and traking*), as variáveis seguintes,

1. Comportamentos de paradas (tempo total em salas, número de paradas, proporção de visitantes que param em um elemento específico, tempo de parada, tempo realizando atividades que não se relacionam com exposição, como falar ao celular).
2. Outros comportamentos (percurso, interações com seu grupo, com outros visitantes, com servidores do museu, manipulação de objetos e observação e vídeos).
3. Variáveis demográficas observáveis (idade estimada, número de pessoas no grupo e gênero).
4. Variáveis

situacionais (número total de visitantes no museu, mês ou estação do ano, dia da semana, horário, temperatura ambiente, eventos e programas realizados no museu e na exposição, presença de servidores do museu ou outras situações que podem afetar o comportamento do visitante) (YALOWITZ; BRONNENKANT apud ALMEIDA, 2012, p. 26).

3.3 A análise dos dados

Os dados empíricos foram levantados por meio de observações simples e participativas de visitas realizadas no MAPC. Foram observadas duas visitas de grupos escolares, uma visita de um grupo infantojuvenil de ensino informal e uma visita espontânea de público interno.

A primeira observação foi realizada no dia 14/05/2018, com os alunos do 4º e 5º ano da Escola Classe 401 do Recanto das Emas, as primeiras observações foram feitas de maneira simples, sem interação, deixando que os visitantes agissem de forma espontânea. A observação foi combinada com os responsáveis pela escola e pelo museu, compareci nos horários marcados para as visitas; pela manhã a do 5º ano e pela tarde a do 4º ano; me posicionando discretamente ao fundo durante toda a visita e acompanhando os estudantes estabeleci contato direto apenas ao fim da visita.

Pela manhã os alunos do 5º ano; com idade entre 12 e 13 anos; compareceram por volta das 09:00 h à Academia de Polícia, assistiram à palestra sobre drogas interagindo à vontade com os policiais presentes. A palestra é realizada pelo Centro de Educação e Prevenção ao Uso de Drogas (CEPUD), que tem por objetivo esclarecer a comunidade do Distrito Federal e entorno sobre os prejuízos sociais do uso indevido de drogas e suas consequências físicas e psíquicas no corpo humano, sendo responsável também pelo Museu de Drogas. Após a palestra os alunos seguiram para o Museu de Drogas, percebi que as amostras de órgãos humanos e fetos com deformidades ocasionadas por drogas foram um dos principais atrativos, os estudantes realizaram a visita de forma livre e bastante interativa com o guia a disposição para retirar possíveis dúvidas a respeito da exposição. Após a visita os alunos seguiram para o MAPC.

No Museu de Armas um dos agentes faz a mediação do programa educativo, que é direcionado numa abordagem estritamente histórica e cronológica, o mediador traça um percurso das armas mais antigas às mais modernas, destacando sua

posição na história com os personagens que as portaram e as peculiaridades das armas mais exóticas. Observei a atração dos alunos pelas armas mais modernas, como as metralhadoras ao fundo do museu, que foi onde se concentraram por mais tempo durante a visita. Ao final perguntei ao grupo se eles já haviam visto objetos como os do acervo anteriormente, permitindo que se manifestassem espontaneamente, estes responderam já ter visto armas como aquelas em filmes na televisão. A resposta dos alunos remete à reflexão do Coordenador Nacional da Campanha pelo Desarmamento, Antônio Rangel, que afirma no documentário “Armados”, que a ideia equivocada de defesa por meio da arma de fogo é construída pela televisão. Em tempo, na medida que não há uma Educação para o Desarmamento, tememos que a exaltação das armas transmitida pela televisão seja reforçada pelo MAPC.

No período da tarde os alunos do 4º ano; com idade entre 10 e 11 anos; chegaram à Academia de Polícia por volta das 14:00 h. Também interagiram durante a palestra sobre drogas e seguiram para o museu que aborda o tema, mas a visita ao Museu de Armas foi cancelada para essa turma, sob a justificativa da temática ser inapropriada para a idade destes.

Durante o passeio as professoras informaram que as visitas; tanto da manhã quanto da tarde; fazem parte das atividades da Semana de Educação Para a Vida, e como atividade integrada ao passeio os alunos realizariam um desenho sobre as exposições. A dedicação de um período voltado para exaltar a paz, como a Semana de Educação Para a Vida, representa importante política pacifista também utilizada pela ONU, que indica o 10 de dezembro como Dia dos Direitos Humanos com finalidade de conscientização social e educativa. Destacamos também; no âmbito escolar; o Dia Escolar da Não-Violência e da Paz (DENP), celebrado no dia 30 de janeiro e reconhecido pelo MEC mediante a Ordem Ministerial de 29 de novembro de 1976, visa promover entre os jovens a ideia da não violência. Outra data especial é o Dia do Desarmamento Infantil, que é comemorado no dia 15 de abril, com a finalidade de conscientizar a população a respeito dos malefícios do uso de armas de fogo por crianças, inclusive as de brinquedo, valorizando uma das determinações do Estatuto do Desarmamento, que proíbe a fabricação e venda de réplicas de armas. Nessa data é realizada uma campanha de desarmamento, onde há a prática de promover a troca de armas de brinquedo por livros e brinquedos educativos.

Quanto ao cancelamento da visita do 4º ano ao MAPC, evidencia-se a

necessidade da discussão quanto a forma de abordagem da Educação para o Desarmamento para crianças. Os agentes da polícia civil se orientam pela recomendação do Estatuto da Criança e do Adolescente, onde é estabelecida uma diferenciação por faixa etária, que reconhece como crianças os jovens até 12 anos e como adolescentes os jovens acima de 12 anos. Porém, a falta da abordagem sobre o desarmamento permite que o referencial obtido pelas crianças seja o transmitido pela televisão, onde constantemente é transmitida uma exaltação deturpada das armas.

Ainda que isso não seja um óbice para ser rechaçado por alguns autores, por seu caráter ambíguo, sua falta de idoneidade para ser tratado por crianças pequenas e por ser o desarmamento a expressão de um mal, não o mal em si mesmo (FORTAT; LINTANF apud JARES, 2002, P. 180).

No período de conclusão dessa pesquisa, indicando a atualidade do tema em questão, a Unesco em parceria com a UNODC lançou um “guia para formuladores de políticas”, objetivando informar os profissionais da educação, a respeito da abordagem com jovens, de temas específicos como corrupção, tráfico de armas de fogo, violência sexual e *bullying* por exemplo. Nesse guia é indicada uma adequação à idade em programas dirigidos a jovens, respeitando o desenvolvimento cognitivo e socioemocional destes. “Assim, deve haver uma exposição limitada de crianças muito pequenas a perigos contra os quais elas não podem se proteger, como terrorismo, crime organizado, fabricação e tráfico ilícito de drogas e armas de fogo” (UNESCO; UNODC, 2019, p. 35).

No dia 24/05/2018, acompanhei a visita de uma turma de 7 adolescentes integrantes do Programa Caminhos da Cidadania realizado pelo Cras de Ceilândia, de forma participativa, acompanhei eles durante toda a visita. Me encontrei com a turma e a orientadora social no Cras, me apresentei como estudante de Museologia aos adolescentes e seguimos para a Academia de Polícia no transporte oferecido pelo SCFV. A turma se mostrava confortável com minha presença e empolgada com o passeio, me informaram que um colega do grupo não compareceu ao passeio por afirmar não se sentir bem em um lugar cheio de policiais. Chegamos na Academia de Polícia por volta das 14:00 h, na palestra sobre drogas não houve tanta interação com os policiais como houve nas visitas escolares. No Museu de Drogas a atração dos fetos e órgão humanos se repetiu. Assim como se repetiu a atração pelas armas grandes e modernas no Museu de Armas. Quando perguntados se já haviam visto

objetos como aqueles anteriormente, um dos jovens disse que seu pai teria uma arma em casa, enquanto outros disseram ter visto em filmes de ação.

A orientadora social responsável pelo grupo na visita, informou que a visita é realizada no fechamento de um ciclo de diversas atividades voltadas a prevenção da violência. Com sensibilidade para os desafios da realidade social desses jovens, são desenvolvidos projetos como o “Projeto Valores, Segurança e Cidadania” e o “Projeto Voluntariados e Parcerias”, que inclusive, é realizado por soldados e agentes sociais, visando a aproximação e identificação dos jovens com os Órgãos de Segurança Pública.

No período de realização dessa pesquisa estive no MAPC diversas vezes reunindo dados. Nesse período foi identificada apenas uma visita espontânea, realizado por um agente policial em formação que por acaso viu a porta da sala aberta e descobriu ser um museu. Esse visitante afirmou que um museu de armas é importante na formação de agentes policiais, afirmando ver as armas como instrumentos de justiça para cidadãos de bem e agentes de segurança. Já o princípio diretivo de educação da Unesco exalta valores humanitários.

A educação deveria enfatizar que a guerra de expansão, de agressão e de dominação, e o emprego da força, da violência e da repressão são inadmissíveis, e deveria induzir cada pessoa a compreender e assumir as obrigações que lhe cabem para a manutenção da paz. Deveria contribuir para a compreensão internacional e o fortalecimento da paz mundial. Deveria incentivar as atividades de luta contra o colonialismo em todas as suas formas e manifestações, e contra todas as formas e variedades do racismo, fascismo e apartheid, como também de outras ideologias que inspiram o ódio nacional ou racial e que são contrárias ao espírito dessa Recomendação. (UNESCO apud JARES, 2002, p, 65)

Assim, destacamos que a exposição de pessoas a situações que banalizam o uso de armas de fogo, introjeta uma concepção de que armas são objetos comuns aos quais o acesso é livre e seu porte prazeroso. Apesar da relação intrínseca do tráfico de drogas com a violência armada, ressaltamos que as singularidades dos temas devem ser considerados. O MAPC exerce papel coadjuvante frente ao Museu de Drogas da Polícia Civil, visto sua posição de complemento a um programa educativo acerca das drogas, além de sua prática educativa simplificada que se resume à visita guiada com enfoque histórico cronológico e sem enfoque numa Educação para a paz ou para o desarmamento.

Essas visitas guiadas permanecem sendo as principais, quando não as únicas, atividades educacionais oferecidas pelos museus, apesar das inúmeras pesquisas que já atestaram o quanto essas práticas impõem

situações de aprendizagem passivas, fornecendo informações irrelevantes (LOPES, 1991, p, 5).

Em vista dos argumentos apresentados, observa-se a falta de uma prática educativa voltada para uma cultura de paz no programa educativo do MAPC, possibilitando a banalização e fetichização das armas de fogo, que se tornam objetos de desejo de consumo pelos visitantes do museu. Evidenciando a necessidade de um programa educativo direcionado especificamente para o MAPC, que seria devidamente elaborado por um museólogo. O enaltecimento da cultura de paz em uma palestra anterior a visita, assim como acontece no Museu de Drogas, seria enriquecedor e pertinente, assim como a abordagem dos malefícios das armas de fogo durante a visita guiada. O método de Educação direcionado a crianças se torna mais eficiente considerando as limitações cognitivas destas, assim, temas mais opressivos devem ser evitados ou adaptados. O MAPC pode ser importante agente na Educação para a Paz e para o Desarmamento por possuir um acervo com simbologia que representa simbologicamente o aposto direto à paz, fornecendo informações a respeito da paz e do desarmamento, de forma que a introdução de direcionamentos à uma cultura de paz em seu programa educativo enriqueceria sua atuação como instrumento de educação. Abordar o estatuto do desarmamento no programa educativo do MAPC, por exemplo, seria uma forma de exaltar a cultura de paz a qual nos referimos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Museu de Armas da Polícia Civil tem grande potencial de Educação para a Paz e para o Desarmamento, apesar da necessidade de o método de Educação ser diferente para crianças e adultos, o desarmamento é um tema importante na sociedade belicista que vivemos. Visto a carência de políticas específicas para prevenir que os jovens ingressem em atividades violentas, um museu de armas pode ser importante instrumento de educação na prevenção à violência e à “banalidade do mal”.

O fetiche da arma trazido nos filmes e em jogos não deve ser reproduzido nos museus, mas sim combatido. Porém, o desconhecimento da real proposta educativa do museu neutraliza o potencial emancipador da cultura de violência atual. Essa realidade limitadora do papel do museu pode ser enfrentada a partir de abordagens educativas apropriadas.

Chamar a atenção para a luta pedagógica na construção de um olhar de paz aos jovens já atingidos pela violência é essencial, num momento em que a política voltada para o jovem delinquente no Brasil se resume a prende-lo, quando não o mata. Porém, a criança que aponta uma arma, é uma criança que grita por socorro diante da violência estrutural que a acomete, assim, a arma apontada passa de um objeto de fetiche para uma linguagem, constituindo a forma de contato encontrada por jovens obliterados pela sociedade e corrompidos pela cultura da violência. Diante da falta de oportunidades a arma funciona como moeda de acesso à visibilidade e emergência para crianças renegadas à marginalidade.

O “guia para formuladores de políticas” lançado recentemente pela Unesco demonstra uma continuidade na visão da educação escolar sob os museus, a medida que a educação formal e não formal é tratada de maneira uniforme no documento, além de não citar a palavra “museu” em momento algum nesse guia.

Ensejamos uma aproximação dos ideais da Unesco com os métodos de educação museal, para que o museu possa colaborar com o princípio diretivo de educação dessa Organização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. M. A observação de visitantes em museus: sobre ratos e seres humanos. **Revista Museologia e Interdisciplinaridade**. v.1, n. 2, p.10-29, 2012.

ALVES, Cristina Isabel Martins de Oliveira. **Concepções da educação em museus nas políticas culturais. Portugal 1974-2004**. 2007. 231 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação de Ciência, Cultura e Comunicação, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal, 2007.

Armas que não vão à guerra. Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, 1988.

BANDEIRA, A. R.; BOURGEOIS, J. **Arma de fogo: proteção ou risco?** Rio de Janeiro: Viva Rio, 2005.

BANDEIRA, Antônio Rangel. **Armas para quê?: O uso de armas de fogo por civis no Brasil e no mundo, e o que isso tem a ver com segurança pública e privada**. São Paulo: LeYa, 2019. 416p.

BRASIL, **Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003**. Estatuto do Desarmamento, Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 2003.

BRASIL, **Lei nº 4.737, de 29 de Dezembro de 2011**. Diário Oficial do Distrito Federal.

BRASIL, **Lei de nº 11.988, de 27 de julho de 2009**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 2, 28 jul. 2009.

BRASIL, **Portaria nº 202, de 23 de Dezembro de 2016**. Diário Oficial do Distrito Federal: seção 1, Brasília, DF, ano 46, p. 5, 02 jan. 2017.

BRAYNER, Flávio Henrique Albert. Homens e mulheres de “palavra”: diálogo e educação popular. In: **Revista Portuguesa de Educação**. Portugal: Universidade do Minho, v. 22, n. 1, 2009. p 207-224.

CARVALHO, Vânia Carneiro de. A história das armas ou a história nas armas?. In: **MUSEU PAULISTA**. Como explorar um museu histórico. São Paulo: MP-USP, 1992. p. 11-14.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. Armaria. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário Iphan de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: Iphan/DAF/Copedoc, 2016. (verbete).

CNN. Video shows 13-year-old buy a gun on first try. 2017. (1min44seg). Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=fB7MwvqCtk&t=2s>> Acesso em: 01 nov. 2019.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 dez. 1948.

DIAS, CAROLINA IOOTTY **Legislação para controle de armas leves no Brasil**: de Vargas a Lula. In FERNANDES, Rubem Cesar. **Brasil: As Armas e as Vítimas**. Rio de Janeiro: 7letras, 2005. - SENADO FEDERAL.

DOWDNEY, Luke. **CRIANÇAS DO TRÁFICO UM ESTUDO DE CASO DE CRIANÇAS EM VIOLÊNCIA ARMADA ORGANIZADA NO RIO DE JANEIRO**. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2003.

DUARTE, Sérgio de Queiroz. **Desarmamento e temas correlatos**. Brasília: FUNAG, 2014. 244 p.

DUPRET, Leila. **Cultura de paz e ações sócio-educativas**: desafios para a escola contemporânea. Psicol. Esc. Educ. (Impr.), Campinas, v. 6, n. 1, p. 91-96, June 2002.

EGE, Flávio Tadeu. **UMA BREVE HISTÓRIA DA POLÍCIA NO BRASIL**, Militarização, Mitos e Contradições. 124p. 2017.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

PCDF. **HISTÓRIA DA POLÍCIA CIVIL DE BRASÍLIA:** Aspectos Estruturais (1957 a 1995).Brasília, 1998.

JARES, Xesús R. **Educação para a paz:** sua teoria e sua prática. 2 ed. Rev e ampl. Porto Alegre : Artmed, 2002.

JAY WINTER- MUCHITSCH, Wolfgang(ed.). **DOES WAR BELONG IN MUSEUMS?:**The Representation of Violence in Exhibitions. Bielefeld: Sabine Fauland, 2013.

KANT, Immanuel. **À paz perpétua.** Porto Alegre: L&PM, 1989.

KARP, Aaron. **Estimating Global Civilian Held Firearms Numbers.** Briefing Paper. June 2018. Small Arms Survey. 2018.

KÖPTCKE, Luciana Sepúlveda. **Observar a experiência museal:** uma prática dialógica? In: Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz. Museu da Vida. Avaliação e estudos de público de museus e centros de ciência. p.5-21. (Cadernos do Museu da Vida, 2). 2003.

LOPES, Maria Margaret. **A favor da desescolarização dos Museus.** Educação & Sociedade. Nº 40. S.l., S.Ed. 1991.

MACHADO, Mariana. Massacre da Pacheco Fernandes completa 60 anos e continua sendo mistério. Correio Braziliense, Brasília, 08 fev 2019. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/02/08/interna_cidade_sdf,736183/massacre-da-pacheco-fernandes-completa-60-anos-continua-sendo-misterio.shtml>. Acesso em: 01 nov. 2019.

MARTINS, Etiene. **Direito Internacional e Segurança Pública:** A questão do tráfico internacional de armas. São Paulo: Biblioteca24horas, 2011.

(NITA), Ana Maria Araújo Freire. **Educação para a paz segundo Paulo Freire.** Educação Porto Alegre – RS, ano XXIX, n. 2 (59), p. 387 – 393, Maio/Ago. 2006.

PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes. **A HISTÓRIA MILITAR TRADICIONAL E A “NOVA HISTÓRIA MILITAR”**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

PIRES, Vladimir Sybilla. **Museus em tempos de guerra e museus no pós-Guerra: 1958, 2018, quais os desafios?** In - A função educacional dos museus : 60 anos do Seminário Regional da Unesco / organizado por Mario Chagas e Marcus Vinícius Macri Rodrigues. – Rio de Janeiro : Museu da República, 2019. 304 p. ; 23 cm.

POMIAN, Krzysztof. **Colecção**. In: Enciclopédia Einaudi. V. 1 (Memória-História). Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. p. 51-86.

R7. Adolescente de 13 anos armado é flagrado durante assalto. 31 dez. 2017. (6min53seg) Disponível em: < <https://noticias.r7.com/distrito-federal/balanco-geral-df/videos/adolescente-de-13-anos-armado-e-flagrado-durante-assalto-31102017>>. Acesso em: 01 nov. 2019.

RANGEL, Aparecida. **A função educativa dos museus no Brasil (1948-1968)** In - A função educacional dos museus : 60 anos do Seminário Regional da Unesco / organizado por Mario Chagas e Marcus Vinícius Macri Rodrigues. – Rio de Janeiro : Museu da República, 2019. 304 p. ; 23 cm.

RAYO, J.T. **Educação em Direitos Humanos: rumo a uma perspectiva global**. Tradução de Jussara Haubert Rodrigues. Artmed Editora: Porto Alegre, 2004.

SANTOS, M.. **A Escola e o Museu no Brasil** : Uma história confirmação dos interesses da classe dominante. In: NASCIMENTO, Rosana. A historicidade do objecto museológico. **Cadernos de Museologia**, nº3, 1994. p. 65 - 66.

SANTOS, Maria Célia. **A escola e o museu no Brasil**: Uma história de dos interesses da classe dominante. Disponível em: . Acesso em: 26/fev./2009.

SOUSA, Marcelo Sá de. **SOBRE OS MUSEUS PELA PAZ**. Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Mestrado em Museologia e Patrimônio. UNIRIO / MAST - RJ, Março de 2012.

STUDART, Denise Coelho. **Exposições participativas e educativas em museus.** In: Cadernos Paulo Freire, nº 8. Fortaleza: Secretaria da Cultura do Estado do Ceará / Museu do Ceará, 2006.

TEIXEIRA, Mariana Jacob. **A natureza e gestão das coleções dos museus militares na dependência da Direcção de História e Cultura Militar (Exército).** 2011. 166 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Museologia, Departamento de Ciências e Técnicas do Patrimônio, Faculdade de Letras da Universidade de Porto, Porto, 2011.

TERRA, Guilhermina de Melo. **ATUAÇÃO DO MUSEU ENQUANTO SISTEMA ABERTO:** uma realidade possível. 2013. 372 f. Tese (Doutorado) - Curso de Museologia, Departamento de Ciências e Técnicas do Patrimônio, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2013.

UNESCO; UNODC. **FORTALECIMENTO DO ESTADO DE DIREITO POR MEIO DA EDUCAÇÃO:** Um guia para formuladores de políticas. 2019.

VIEIRA, Gustavo Oliveira. Educação para o desarmamento: caminhos e perspectivas. **Educação**, Porto Alegre, v. 59, n. 2, p. 395-413, maio/ago.2006.

WITTMANN, Cristian Ricardo. **O desarmamento como meio de defesa dos Direitos Humanos:** uma perspectiva kantiana. In: Direito internacional dos direitos humanos I. Florianópolis : CONPEDI, 2014.

WORLD CONGRESS ON DISARMAMENT EDUCATION. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. Report and Final Document. Unesco. October 1980.

ZATTI, Arlindo Pedro. **Zatti, Suas Caçadas e Suas Armas.** São Paulo: Editora Chácaras e Quintais, 1974.